



Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2019 e relatório dos
auditores independentes





VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.
Sociedade Anônima
CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32

Relatório da Administração

Foco em Expansão e Consolidação

-  **Receita Líquida Consolidada de R\$1.211,5 milhões**, apresentando crescimento de 29,0% na comparação anual;
-  **Receita Líquida de Locação de R\$780,6 milhões**, crescimento de **34,1%** na comparação anual;
-  **EBITDA Consolidado de R\$527,6 milhões**, com margem de 43,6%;
-  **Lucro Líquido Consolidado de R\$141,8 milhões**, apresentando crescimento de 25,5% na comparação anual;
-  Acesso ao mercado de capitais local com captações de **R\$ 1,3 bilhão**;
-  Investimentos em **plataformas digitais** e **sistemas de controle integrados** para sustentar o **crescimento** da Companhia

Mensagem da Administração

O ano de 2019 foi marcado pela expansão dos nossos negócios, reforçando nossa posição de liderança no mercado de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil. Ao longo do ano nos preparamos para um novo ciclo de crescimento, investindo em tecnologia, com a implantação de plataformas digitais e sistemas integrados de controle, que desenvolvemos em conjunto com os nossos

clientes, pensando na melhor forma de atendê-los de maneira prática e eficaz. Reforçamos a nossa estrutura de capital, demonstrando a nossa capacidade de acessar o mercado de capitais, onde captamos aproximadamente R\$ 1,3 bilhão de reais, que nos permitiu reduzir o custo da dívida e aumentar o prazo médio da mesma. Expandimos o time comercial, que nos possibilitou a prospecção de novos clientes, bem como aumento da participação na frota de clientes já existentes. Estamos presentes em todo o ecossistema do caminhão e de máquinas e equipamentos. Reforçamos nossa presença nacional aumentando a rede de oficinas próprias e terceirizadas, com gestão e controle eficaz da frota locada. Atuamos com a maior rede de concessionárias das marcas VW/MAN de caminhões e ônibus e Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas. Em dezembro de 2019 fomos nomeados também concessionários da marca Komatsu, empresa japonesa de máquinas e equipamentos para as regiões de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ampliando nosso portfólio de atuação com novos produtos e setores da economia.

Em 2019 apresentamos crescimento em todos os nossos negócios, totalizando uma Receita Líquida de R\$ 1.211,5 milhões que representa crescimento de 29,0% em relação a 2018. Apresentamos também crescimento expressivo nos resultados, registrando um EBITDA de R\$527,8 milhões (+23,8% *versus* 2018). Isso foi resultado da nossa estratégia de expansão, tendo como destaque o crescimento do nosso principal negócio: a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2019, o saldo da Receita futura contratada de locação (“Backlog”) já totalizava R\$2,2 bilhões (+22,2% em relação a dezembro de 2018) e a frota total locada contava com 13.244 ativos. Todas essas melhorias se refletiram na expansão do nosso lucro líquido, que cresceu 25,5% em relação a 2018, atingindo R\$ 141,8 milhões.

Em 2020, seguimos com a nossa estratégia de crescimento e consolidação do nosso modelo de negócios, com o objetivo de manter nossa posição de liderança e explorar o mercado potencial para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Estamos otimistas e confiantes no crescimento sólido que a VAMOS deverá apresentar ao longo do ano, de forma orgânica e estruturada, com foco no cliente.

Obrigado,
Gustavo Moscatelli
CFO do Grupo Vamos

1) Resultados Operacionais e Financeiros 2019

Vamos - Resumo dos resultados 2019			
(Em milhões de R\$)	2019 (Consolidado)	2018 (Consolidado)	Var. 2019x2018
Receita Líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	1.211,5	938,9	29,0%
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	780,6	582,3	34,1%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	436,7	388,7	12,4%
Eliminações	(5,8)	(32,1)	
Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(798,4)	(624,7)	27,8%
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(593,8)	(543,2)	9,3%
Custo de venda de ativos desmobilizados	(204,6)	(81,4)	151,3%
Lucro Bruto	413,1	314,3	31,4%
Despesas Operacionais Totais	(120,4)	(95,7)	25,9%
Despesas Comerciais	(30,4)	(22,5)	34,7%
Despesas Administrativas	(102,9)	(81,9)	25,6%
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(6,0)	(9,8)	-38,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	18,8	18,5	1,4%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro (EBIT)	292,7	218,6	33,8%
Margem EBIT	24,2%	23,3%	0,9 p.p.
Resultado Financeiro, líquido	(93,5)	(67,0)	39,5%
Receitas Financeiras	16,7	15,6	6,6%
Despesas Financeiras	(110,2)	(82,7)	33,3%
Total do imposto de Renda e Contribuição Social	(57,4)	(45,7)	25,5%
Lucro Líquido proveniente de operações continuadas	141,8	105,9	33,9%
Margem líquida proveniente de operações continuadas	11,7%	11,3%	0,4 p.p.
Operações Descontinuadas	0,0	7,0	-100,0%
Lucro Líquido do exercício	141,8	112,9	25,5%
Margem líquida do exercício	11,7%	12,0%	-0,3 p.p.

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.211,5 milhões comparativamente a R\$938,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um crescimento de 29,0%. A receita de 2019 foi composta principalmente pelo negócio de Locação, contribuindo com R\$780,6 milhões e pelo negócio de Concessionárias com R\$436,7 milhões. O crescimento na Receita Líquida é resultado principalmente da expansão do negócio de Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que representou um aumento de 34,1% *versus* 2018, com um total de 389 contratos em 2019.

EBIT

O Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro ("EBIT") totalizou R\$292,7 milhões, com margem de 24,2%, apresentando uma melhora de 0,9 p.p. em relação a 2018. Tivemos grandes evoluções em todos os segmentos de negócio com ganho de escala, diluição de despesas e eficiência operacional, refletindo uma melhoria na margem em 2019.

EBITDA e Lucro Líquido

Vamos - Reconciliação do EBITDA			
(Em milhões de R\$)	2019 (Consolidado)	2018 (Consolidado)	Var. 2019x2018
Lucro Líquido do exercício	141,8	105,9	33,9%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	57,4	45,7	25,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	93,5	67,0	39,5%
(+) Depreciação e Amortização	235,0	207,5	13,3%
EBITDA	527,6	426,1	23,8%
Margem EBITDA	43,6%	45,4%	-1,8 p.p.

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$141,8 milhões comparativamente a R\$105,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento 33,9%. Este aumento é atribuído principalmente pela expansão no segmento de Locação com assinatura de novos contratos. A margem líquida foi de 11,7% e 11,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

O EBITDA totalizou R\$527,6 milhões em dezembro de 2019 comparado R\$426,1 milhões em dezembro de 2018, o que representou um aumento de 23,8%. Vale ressaltar que apesar do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos possuir historicamente margens menores às do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, nossas concessionárias também tiveram grande evolução em volume e margem durante o ano de 2019, contribuindo para a melhora dos resultados da VAMOS.

Endividamento

Vamos - Endividamento			
(Em milhões de R\$)	2019 (Consolidado)	2018 (Consolidado)	Var. 2019x2018
Dívida Bruta	2.097,6	931,4	125,2%
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	414,9	188,2	120,5%
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	1.655,9	698,2	137,2%
Arrendamentos Financeiros a pagar - Curto Prazo	10,5	15,2	-30,7%
Arrendamentos Financeiros a pagar - Longo Prazo	16,2	29,7	-45,4%
Risco Sacado	0,0	0,0	0,0%
Caixa e Aplicações Financeiras	516,0	71,5	621,3%
Caixa e Equivalentes	322,8	58,6	450,9%
Títulos e Valores Mobiliários - Curto Prazo	176,4	7,3	2332,5%
Títulos e Valores Mobiliários - Longo Prazo	0,7	0,8	-17,5%
Instrumentos financeiros derivativos	16,0	4,9	228,9%
Dívida Líquida	1.581,7	859,9	83,9%
EBITDA das Operações Continuadas	527,6	426,1	23,8%
Alavancagem Líquida (x)	3,0	2,0	1,0

Em 2019, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$2.097,6 milhões, um aumento de R\$ 1.166,2 milhões comparado ao exercício de 2018, resultado principalmente da expansão do segmento de Locação e do pagamento de dividendos. Acessamos o mercado de capitais três vezes com uma captação total de R\$ 1,3 bilhões em 2019, através de operações de CRA e Debêntures, para financiar a expansão dos nossos negócios.

2) Eventos Societários Relevantes

a) evento	Constituição da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda.
b) principais condições do negócio	A operação consiste na constituição da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. pela Vamos Seminovos S.A. e pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., em 29 de outubro de 2019, sendo que a Vamos Seminovos S.A. detém 1 quota e a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. detém 4.999.999 quotas.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. e Vamos Seminovos S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Entrada da Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. na estrutura societária.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por meio do Contrato de Constituição e cumprimento das regras societárias aplicáveis.

3) Capital Humano

A Vamos envolve seus colaboradores em sua cultura de servir com simplicidade, fator essencial na realização das atividades. A cultura é demonstrada na objetividade das ações, que garantem a agilidade no atendimento aos clientes. No final de 2019, a Vamos contava com 949 colaboradores, 79% deles homens e 21% mulheres.

Para a gestão de seu pessoal, a Companhia conta com seu Código de Conduta e com a política de relações humanas e do trabalho, que estabelecem os direitos e responsabilidades dos colaboradores. Ressaltamos que todos os novos colaboradores de qualquer empresa do Grupo passam por processo de integração, com instruções sobre os códigos, políticas e demais diretrizes e procedimentos da Companhia.

4) Gerenciamento de Riscos e Governança Corporativa

A Vamos absorveu a experiência e conhecimento da JSL nas melhores práticas de governança corporativa. Com foco na transparência, acessibilidade e equidade de acesso à informação para todos os *stakeholders*, fundamentamos nossas relações na ética e no compromisso de seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa do mercado. Para isso, disponibilizamos mecanismos corporativos com o objetivo de manter a conformidade com leis e regulamentos, buscando atuar sempre de forma preventiva com base em eficiente monitoramento de riscos e gestão adequada dos processos internos. A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria, e (iv) Comitê de Sustentabilidade. Portanto, nosso modelo de governança segue as principais diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ademais, Companhia possui um programa de Conformidade com função de prevenir, detectar, remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, fortalecendo os princípios éticos e padrões de transparência.

5) Responsabilidade Socioambiental

O Grupo Vamos possui uma política de Sustentabilidade formalizada e aprovada pelo Comitê de Sustentabilidade Vamos, com o objetivo de garantir a evolução de suas práticas alinhadas aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) e buscando desenvolver seus negócios a partir da construção de um posicionamento proativo em temas como Desenvolvimento Local, Mudanças Climáticas e Respeito à Diversidade. O Comitê tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração no cumprimento das suas atribuições legais e na promoção da inovação com relação à sustentabilidade dos negócios da Companhia.

Neste contexto, foi implantada uma área e uma governança robustas para a sustentabilidade em 2019. Os aspectos conectados ao impacto social positivo na sociedade, sob responsabilidade desta área, avançaram por meio da melhoria de processos, definição e revisão de políticas, aprimoramento de programas, criação e monitoramento de indicadores e implantação de um Grupo de Trabalho de Sustentabilidade específico para a Vamos. Em relação aos projetos de patrocínio e incentivo cultural, contratamos uma consultoria que nos auxiliou na elaboração de uma estratégia de doações e patrocínios incentivados. Além disso, iniciamos um planejamento para os próximos anos, buscando alinhar o aporte de recursos à nossa estratégia de sustentabilidade.

Sustentabilidade

Em 2019, registramos importante evolução em nossas práticas alinhadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). Em conexão direta com a estratégia, estruturamos o Comitê de Sustentabilidade da Vamos e aprovamos sua Política de Sustentabilidade específica. Estamos amadurecendo nossa compreensão das dimensões ASG que abrangem os negócios e estabelecendo indicadores-chave, grupo de trabalho de sustentabilidade com periodicidade mensal e desenvolvimento de diversos projetos para aprimorar nossos resultados.

Entendemos que as transformações positivas da sociedade devem se refletir e ser apoiadas também pelas empresas. É por isso que, para além de requisitos legais e práticas corriqueiras em empresas de nosso porte e relevância, trabalhamos para construir um posicionamento proativo do grupo em temas como as mudanças climáticas, a inovação e segurança.

6) Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2019, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como, serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados, com honorários de R\$ 396 mil que representam 39% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

7) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Conselho de Administração

Fernando Antonio Simões

Denys Marc Ferrez

Paulo Sérgio Kakinoff

Diretoria Executiva

Gustavo Henrique Braga Couto

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

José Geraldo Santana Franco Junior

Christian Hahn da Silva

Marcelo Danielli

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8	269.623	23.725	322.830	58.605					
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	176.427	7.253	176.427	7.253					
Contas a receber	10	140.642	66.469	223.481	155.157					
Estoques	11	320	-	140.272	101.930					
Tributos a recuperar		3.369	157	18.952	11.406					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		13.543	9.970	18.371	17.875					
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	12	55.794	30.995	74.582	57.855					
Despesas antecipadas		16.245	6.907	17.450	7.505					
Adiantamentos a terceiros		695	3.687	13.248	16.884					
Dividendos a receber	14.3	4.874	16.160	-	-					
Outros créditos		27	-	7.471	15.728					
		681.559	165.323	1.013.084	450.198					
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	-	-	655	794					
Instrumentos financeiros derivativos	7.5	16.048	4.880	16.048	4.880					
Contas a receber	10	-	525	4.245	14.189					
Fundo para capitalização de concessionárias	13	-	-	27.002	23.477					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	-	-	7.219	8.765					
Depósitos judiciais	25.1	189	156	6.003	4.648					
Outros créditos		-	115	1.808	1.903					
		16.237	5.676	62.980	58.656					
Investimentos	14	484.626	467.158	-	-					
Imobilizado	15	1.593.055	1.107.077	1.819.615	1.349.441					
Intangível	16	479	1.757	158.170	165.137					
		2.094.397	1.581.668	2.040.765	1.573.234					
Total do ativo		2.775.956	1.746.991	3.053.849	2.023.432					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores	17	81.961	56.228	112.998	82.962					
Floor Plan	18	-	-	64.916	53.413					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	393.447	145.968	414.946	188.221					
Arrendamento a pagar	20	10.123	13.347	10.537	15.201					
Arrendamento por direito de uso	21	831	-	7.029	-					
Cessão de direitos creditórios	26	6.043	7.410	6.043	7.410					
Obrigações sociais e trabalhistas		6.363	4.344	14.981	11.696					
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	383	446					
Tributos a recolher		1.672	3.150	3.577	6.062					
Adiantamentos de clientes		24.920	16.880	35.398	24.480					
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.3	-	61.375	-	61.375					
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	23	-	34.769	-	34.769					
Outras contas a pagar		5.854	34.075	10.532	38.161					
		531.214	377.546	681.340	524.196					
Não circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	1.609.251	625.420	1.655.894	698.229					
Arrendamento a pagar	20	16.246	29.322	16.246	29.734					
Arrendamento por direito de uso	21	1.380	-	33.920	-					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	105.904	83.059	151.365	136.459					
Provisão para demandas judiciais e administrativas	25.2	92	110	3.215	3.280					
Cessão de direitos creditórios	26	12.085	16.761	12.085	16.761					
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	23	8.828	33.275	8.828	33.275					
Outras contas a pagar		202	15	202	15					
		1.753.988	787.962	1.881.755	917.753					
Total do passivo		2.285.202	1.165.508	2.563.095	1.441.949					
Patrimônio líquido										
Capital social	27.1	482.817	482.817	482.817	482.817					
Reservas de capital	27.2	1.881	24.199	1.881	24.199					
Ações em tesouraria	27.5	(11.508)	(94.193)	(11.508)	(94.193)					
Reservas de lucros		15.965	167.951	15.965	167.951					
Lucros acumulados		-	-	-	-					
Outros resultados abrangentes		1.599	709	1.599	709					
Total do patrimônio líquido		490.754	581.483	490.754	581.483					
Total do passivo e patrimônio líquido		2.775.956	1.746.991	3.053.849	2.023.432					

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são rerepresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.1.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	31/12/2019	Controladora 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Operações continuadas					
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	29	696.643	436.066	1.211.508	938.946
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	30	(220.363)	(203.047)	(593.774)	(543.231)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	30	(177.387)	(46.237)	(204.633)	(81.419)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados		(397.750)	(249.284)	(798.407)	(624.650)
(=) Lucro bruto		298.893	186.782	413.101	314.296
Despesas comerciais	30	(20.032)	(10.555)	(52.807)	(22.533)
Despesas administrativas	30	(25.173)	(15.566)	(80.416)	(81.916)
Reversão (provisão) de perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	30	493	(9.595)	(6.024)	(9.751)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	6.219	4.295	18.799	18.548
Resultado de equivalência patrimonial	14.1	17.837	34.056	-	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		278.237	189.417	292.653	218.644
Receitas financeiras	31	11.522	4.225	16.670	15.632
Despesas financeiras	31	(101.236)	(59.932)	(110.158)	(82.652)
(=) Resultado financeiro líquido		(89.714)	(55.707)	(93.488)	(67.020)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		188.523	133.710	199.165	151.624
Imposto de renda e contribuição social – corrente	24.3	(24.154)	(5.602)	(41.186)	(10.133)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	24.3	(22.587)	(22.216)	(16.197)	(35.599)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social		(46.741)	(27.818)	(57.383)	(45.732)
(=) Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		141.782	105.892	141.782	105.892
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	1.3	-	7.045	-	7.045
(=) Lucro líquido do exercício		141.782	112.937	141.782	112.937
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (em r\$) das operações continuadas	33			1,47970	0,94382
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (em r\$)	33			1,47970	0,94382

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	141.782	112.937	141.782	112.937
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganho sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças de valor justo – líquido de impostos	890	709	890	709
Resultado abrangente do exercício	<u>142.672</u>	<u>113.646</u>	<u>142.672</u>	<u>113.646</u>
Das operações				
Continuadas	142.672	106.601	142.672	106.601
Descontinuadas	-	7.045	-	7.045
	<u>142.672</u>	<u>113.646</u>	<u>142.672</u>	<u>113.646</u>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.1.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

Nota	Reserva de capital				Reserva de lucros				Reserva de hedge	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reservas de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	565.696	865	22.774	-	4.035	-	100.795	-	-	694.165
Mudanças com a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-	-	-	(2.694)	-	-	(2.694)
Saldos reapresentados em 1º de janeiro de 2018	565.696	865	22.774	-	4.035	-	98.101	-	-	691.471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	112.937	-	112.937
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	709	709
Total de resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	112.937	709	113.646
Cisão JSL Holding	(82.879)	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.879)
Ações em tesouraria	-	-	-	(94.193)	-	-	-	-	-	(94.193)
Constituição reserva legal	-	-	-	-	5.647	-	-	(5.647)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	60.168	(60.168)	-	-
Transações com pagamentos baseados em ações	-	560	-	-	-	-	-	-	-	560
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(27.122)	-	(27.122)
Distribuição juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	482.817	1.425	22.774	(94.193)	9.682	-	158.269	-	709	581.483
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	141.782	-	141.782
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	890	890
Total de resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	141.782	890	142.672
Transações com pagamento baseado em ações	-	456	-	-	-	-	-	-	-	456
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	-	(150.000)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(22.774)	82.685	-	-	(8.269)	(51.642)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	1.776	-	(1.776)	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	4.507	-	-	(4.507)	-	-
Distribuição juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(34.646)	-	(34.646)
Distribuição de lucros - dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(49.211)	-	(49.211)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	482.817	1.881	-	(11.508)	14.189	1.776	-	-	1.599	490.754

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.1. Adicionalmente, os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018 ^{(1) (2)}	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018 ^{(1) (2)}
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição da social	188.523	144.576	199.165	162.490
Ajustes para:				
Equivalência patrimonial (nota 14)	(17.837)	(41.101)	-	-
Depreciação e amortização (notas 15 e 16)	182.396	167.743	234.971	207.475
Amortização mais valia (nota 14.1)	3.774	9.930	-	-
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 30)	177.387	46.237	204.633	81.419
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 25.2)	(18)	90	(65)	426
(Reversão) provisão perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (nota 10)	(493)	9.595	6.024	11.502
Baixa de outros ativos imobilizados e intangíveis (nota 15 e 16)	2.774	2.892	3.294	9.118
Provisão (reversão) para perdas em estoque (nota 11)	-	-	576	2.338
Remuneração com base em ações (nota 27.2 a)	456	560	456	560
Créditos de impostos extemporâneos (nota 30)	(90)	(15)	(4.771)	(5.406)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(2.368)	(3.805)	(2.368)	(3.805)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	-	(82)	-	(519)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, financiamentos, arrendamento a pagar, arrendamento por direito de uso, aquisição de empresa e cessão de direitos creditórios (nota 31)	97.338	61.470	108.282	74.765
	631.842	398.090	750.197	540.363
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	(71.234)	(26.508)	(64.404)	(60.015)
Estoques	(320)	-	(38.918)	(19.138)
Tributos a recuperar	(3.122)	54	(2.775)	1.851
Fornecedores	1.483	1.931	10.208	(28.909)
Floor Plan	-	-	11.503	15.080
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	(2.518)	2.699	(60)	6.222
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(28.837)	(5.973)	(29.611)	33.087
	(104.548)	(27.797)	(114.057)	(51.822)
Variações no capital circulante líquido operacional	527.294	370.293	636.140	488.541
(Investimentos) resgates em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(169.174)	48.430	(169.035)	23.266
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.865)	(3.938)	(46.082)	(4.612)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamento a pagar e arrendamento por direito de uso	(60.673)	(44.577)	(71.171)	(57.355)
Juros pagos de derivativos contratados	-	-	-	-
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(783.940)	(175.007)	(791.082)	(172.841)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(516.358)	195.201	(441.230)	276.999
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos de controlada	16.160	-	-	-
Caixa decorrente de venda de ativo imobilizado	-	-	6.046	-
Caixa líquido decorrente da cisão de operação descontinuada JSL Holding (nota 1.3)	-	-	-	(21.921)
Redução de capital em controladas	-	37.000	-	-
Aporte de capital em controladas (nota 14.1)	(10.200)	(130.457)	-	-
Adições ao imobilizado de não locação	(3.515)	(830)	(6.786)	(2.785)
Adições ao intangível	(887)	(1.866)	(963)	(2.017)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	1.558	(96.153)	(1.703)	(26.723)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento pela aquisição de empresa em exercícios anteriores	(60.014)	(103.622)	(60.014)	(103.622)
Prêmio pago na aquisição de opção de compra de taxa IDI	(5.100)	-	(5.100)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.036.073	182.880	2.078.721	183.224
Pagamento de cessão de direitos creditórios	(8.016)	(6.649)	(8.016)	(6.649)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, arrendamento a pagar e arrendamento por direito de uso	(912.210)	(183.966)	(1.008.398)	(380.479)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 27.3)	(290.035)	-	(290.035)	(1.193)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	760.698	(111.357)	707.158	(308.719)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	245.898	(12.309)	264.225	(58.443)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	23.725	36.034	58.605	117.048
No final do período	269.623	23.725	322.830	58.605
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	245.898	(12.309)	264.225	(58.443)
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço				
Captação de arrendamento a pagar e Finame para aquisição de imobilizado	(55.876)	(300.762)	(55.876)	(301.093)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(24.251)	-	(19.828)	-
Adições de arrendamento por direito de uso	(4.225)	-	(56.120)	-
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota 1.2.1)	-	(94.193)	-	(94.193)

(1) Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.1.

(2) O Grupo decidiu apresentar uma demonstração de fluxos de caixa incluindo as operações continuadas e descontinuadas. Os valores relacionados às operações descontinuadas estão apresentados na Nota explicativa 1.3.b.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas, locação e prestação de serviços	29	755.014	478.324	1.321.741	1.047.514
Reversão (provisão) para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	30	493	(9.595)	(6.024)	(9.751)
Outras receitas operacionais	30	8.561	5.434	21.341	34.041
		764.068	474.163	1.337.058	1.071.804
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das vendas e prestação de serviços		(201.694)	(49.873)	(572.161)	(400.681)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.822)	(6.378)	(13.168)	(17.314)
		(210.516)	(56.251)	(585.329)	(417.995)
Valor adicionado bruto		553.552	417.912	751.729	653.809
Retenções					
Depreciação e amortização	30	(186.170)	(167.743)	(234.971)	(206.763)
Valor adicionado líquido produzido		367.382	250.169	516.758	447.046
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		17.837	41.101	-	-
Receitas financeiras	31	11.522	4.225	16.670	15.632
		29.359	45.326	16.670	15.632
Valor adicionado total a distribuir		396.741	295.495	533.428	462.678
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Pessoal e encargos		33.012	26.330	83.699	82.460
		33.012	26.330	83.699	82.460
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		98.594	72.388	148.506	119.425
Estaduais		11.840	9.561	35.101	38.210
Municipais		146	-	2.259	1.654
		110.580	81.949	185.866	159.289
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e despesas bancárias	31	101.236	59.932	110.158	82.652
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	30	7.648	12.671	8.547	12.926
Aluguéis de imóveis	30	2.483	1.676	3.376	12.414
		111.367	74.279	122.081	107.992
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos do período das operações continuadas		141.782	105.892	141.782	105.892
Lucro das operações descontinuadas		-	7.045	-	7.045
		141.782	112.937	141.782	112.937
		396.741	295.495	533.428	462.678

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.1.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, registrada na CVM na categoria “A”, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia, em conjunto com as entidades controladas (“Grupo”) descritas na nota explicativa 1.1, atuam nos negócios de locação, venda e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos na gestão de frotas e na prestação de serviços de mecânica e funilaria. A Vamos é controlada pela JSL S.A. (“JSL”), que possui 99,99% de suas ações.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão Social	Controlada	País sede	Atividade operacional	% Participação 31/12/2019	% Participação 31/12/2018
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Vamos Seminovos S.A.(nova denominação da Borgato Caminhões S.A.) (b)	Direta	Brasil	Comércio de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. (nova denominação da Borgato Máquinas S.A.) (c)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (d)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Clicca Atividades de Internet Ltda (e)	Direta	Brasil	Serviços de internet	-	99,99
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. (f)	Direta	Brasil	Concessionárias de tratores, máquinas e equipamentos	99,99	-

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. (“Transrio”)

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

b) Vamos Seminovos S.A. (“Vamos Seminovos”, anteriormente denominada Borgato Caminhões S.A.)

A Vamos Seminovos, sociedade anônima, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 312,5, sentido Norte, sala 02, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Vamos Seminovos possui cinco filiais (três filiais em 31 de dezembro de 2018) situadas no Estado de São Paulo.

Em 30 de abril de 2019, a controlada Borgato Caminhões S.A. alterou a denominação social para Vamos Seminovos S.A.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

c) Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos Máquinas”, anteriormente denominada Borgato Máquinas S.A.)

A Vamos Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Vamos Máquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 15 de fevereiro de 2019, a controlada Borgato Máquinas S.A. alterou a denominação social para Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.

d) Borgato Serviços Agrícolas S.A. (“Borgato Serviços”)

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

e) ClicCa Atividades de Internet Ltda. (“ClicCa”)

A ClicCa, é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 21 de maio de 2018, com participação da Vamos de 99,99% e com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 9º andar, Itaim Bibi, cujo objeto social é a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, serviços de portais e provedores de conteúdo de internet, serviços de consultoria em tecnologia da informação, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

Em 20 de agosto de 2019, a Vamos e a Transrio cederam, através de venda, suas participações de 99,9% e 0,01%, respectivamente na Clicca, pelo valor simbólico de R\$ 1 para sua controladora JSL S.A.

f) Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. (“Vamos Linha Amarela”)

A Vamos Linha Amarela, constituída em 29 de novembro de 2019, sociedade empresarial do tipo limitada, com sede na Avenida Ayrton Senna da Silva, S/N, lote B3 e B4, bairro distrito industrial, município de Cuiabá – MT, CEP 78.098-28, cujo o objeto social é o comércio de tratores, máquinas, implementos, veículos automotores, novos e usados, inclusive importação e exportação; peças e acessórios, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e manutenção de máquinas, implementos e veículos automotores, assistência técnica e afins; serviços de intermediação de vendas de contratos de seguro por empresas especializadas; venda de contratos financeiros por empresas especializadas; contratação de despachantes; participação em outras empresas como sócia ou acionista.

1.2 Movimentações societárias

Movimentação ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018

a) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R\$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R\$ 181.885 para R\$ 115.921.

b) Recompra de ações das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato. A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta “Escrow”, e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., celebrou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R\$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R\$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R\$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R\$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica “partes relacionadas”, e R\$ 68.126 (R\$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica “obrigações a pagar por aquisição de empresas”.

Em 5 de setembro de 2019, foi liquidado, de forma antecipada, o montante de R\$ 29.129, restando o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 8.828 (R\$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018).

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R\$ 103.622.

1.3 Operação descontinuada

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R\$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding Financeira Ltda. (“JSL Holding”), transferida para a sua controladora JSL S.A. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R\$ 565.696 passou a ser de R\$ 482.817, dividido em 312.007.390 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

Como consequência, as demonstrações de resultados comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram reclassificadas para efeitos da aplicação do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Resultado líquido das operações descontinuadas

A Companhia apresentou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os seguintes resultados com as operações consolidadas descontinuadas relativas às operações da JSL Holding:

	<u>31/12/2018</u>
Receita líquida de prestação de serviços	31.855
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(10.423)
(=) Lucro bruto	21.432
Despesas administrativas	(11.286)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	10.175
Receitas financeiras	7.651
Despesas financeiras	(6.960)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.866
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.111)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.710)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	(3.821)
(=) Lucro líquido do período	7.045
 Denominador:	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	<u>0,02093</u>

Os resultados das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são totalmente atribuídos à Companhia.

b) Fluxo de caixa utilizado nas operações descontinuadas

O Grupo decidiu apresentar as demonstrações de fluxos de caixa incluindo as operações continuadas e descontinuadas, portanto abaixo apresentamos os efeitos das operações descontinuadas:

	<u>31/12/2018</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(21.565)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(251)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.000
Caixa líquido utilizado nas operações descontinuadas	(11.816)

c) Efeito da cisão sobre a posição financeira do Grupo

	Acervo líquido cindido – data base 31/12/2018
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21.921
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	77.144
Contas a receber	101.071
Outros ativos	2.105
Total do ativo circulante	202.241
Não circulante	
Contas a receber	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94
Total do ativo realizável a longo prazo	117
Imobilizado	1.392
Intangível	3.746
Total do ativo não circulante	5.255
Total do ativo	207.496
Passivo	
Circulante	
Cartões de crédito a pagar	23.116
Letras de arrendamento mercantil	83.474
Tributos a recolher	2.860
Outras contas a pagar	15.167
Total do passivo circulante	124.617
Acervo líquido cindido	82.879

d) Política contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de janeiro de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamentos, foram aplicados. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 4.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas “IFRS”, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Base de consolidação e combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram aplicadas para as transações da nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, à transações eliminadas na consolidação.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Vamos e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 7.1. No reconhecimento

inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 7.5 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.5.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de *hedge*

Instrumentos Financeiros

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

a) *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

2.5.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo Vamos mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores

qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 7.3.a é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

2.6. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 7.2.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o

custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas na nota explicativa 15.

O Grupo adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

2.10. Intangível

2.10.1. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.10.2. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstradas na nota explicativa 16.

2.10.3. Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"), conforme descrito na nota explicativa 16.

2.10.4. Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 16.

2.10.5. Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”).

2.10.6. Amortização e testes de perda de valor recuperável (“*impairment*”)

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 16.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (“*impairment*”), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 16.2.

2.11. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram rerepresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 4.1.a.

a) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo

subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento por direito de uso" e "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.5.1.c e 2.5.5). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2)/IFRS 16.

b) Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o

reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

Quando o Grupo atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240

anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, o Grupo Vamos faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como o Grupo Vamos incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos.

2.13. Provisões

2.13.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.14.1 Receita de vendas de veículos e peças

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15

A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável.

O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.

2.14.2 Receita de locação e prestação de serviços

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo loca frota de caminhões para transporte de cargas (leves e pesadas), máquinas e equipamentos agrícolas. O Grupo presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos.

As faturas para locação são emitidas no mês subsequente a prestação dos serviços e as faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e/ou equipamento ou prestação de serviço. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente ou conforme os serviços são prestados.

2.14.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

c) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede de concessionárias do Grupo Vamos.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

d) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2. Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.17.1 Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Consolidação e combinação de negócios: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida – nota explicativa 2.3;
- b) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.14.2.b.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – nota explicativa 24;
- b) Imobilizado (premissas em relação à do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 15;
- c) Ativo imobilizado disponível para venda - determinação do valor justo menos custos de venda do grupo, de ativos mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos – nota explicativa 12;
- d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento – nota explicativa 16.2;
- e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda – nota explicativa 10;
- f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 25.2.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração do Grupo considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRSs e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

4.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 2.11.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquelas data.

i) Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrendava imóveis máquinas, equipamentos, caminhões e diversos outros ativos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento..

b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

O Grupo não identificou indícios de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, tais como:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)/IAS 17

O Grupo arrenda diversos ativos, como caminhões, máquinas e equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

i) Grupo Vamos como arrendador

O Grupo arrenda seus ativos, caminhões, máquinas e equipamentos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador não diferem daquelas do CPC 06(R1) / IAS 17.

O Grupo aplicou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

d) Impacto nas demonstrações financeiras na transição.

Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
Ativo						
Total do ativo circulante	165.323	-	165.323	450.198	-	450.198
Imobilizado	1.107.077	4.225	1.111.302	1.349.441	56.120	1.405.561
Outros ativos não circulantes	474.591	-	474.591	223.793	-	223.793
Total do ativo não circulante	1.581.668	4.225	1.585.893	1.573.234	56.120	1.629.354
Total do ativo	1.746.991	4.225	1.751.216	2.023.432	56.120	2.079.552
Passivo						
Arrendamento a pagar	13.347	-	13.347	15.201	-	15.201
Arrendamento por direito de uso	-	1.171	1.171	-	8.737	8.737
Outros passivos circulantes	364.199	-	364.199	508.995	-	508.995
Total do passivo circulante	377.546	1.171	378.717	524.196	8.737	532.933
Arrendamento a pagar	29.322	-	29.322	29.734	-	29.734
Arrendamento por direito de uso	-	3.054	3.054	-	47.383	47.383
Outros passivos circulantes não circulantes	758.640	-	758.640	888.019	-	888.019
Total do passivo não circulante	787.962	3.054	791.016	917.753	47.383	965.136
Total do patrimônio líquido	581.483	-	581.483	581.483	-	581.483
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.746.991	4.225	1.751.216	2.023.432	56.120	2.079.552

Para o impacto do CPC 06(R2)/IFRS 16 no resultado do exercício, consulte as Notas explicativas 14 (depreciação do direito de uso), 20 (juros apropriados). Para detalhes sobre as políticas contábeis de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16 e CPC 06(R1)/IAS 17, consulte a Nota explicativa 2.11.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Vamos reconheceu o montante de R\$ 10.131 e R\$ 11.923, na controladora e consolidado, respectivamente, referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, de baixo valor e curto prazo, conforme nota 30.

4.2 ICPC 22 / IFRIC 23 - incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde de 1 de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3)/
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo JSL.

5.1 Outras normas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3)/
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

6. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os negócios do Grupo foram divididos em dois segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, e locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

- Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;
- Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas; e
- Serviços financeiros (operação descontinuada, conforme nota explicativa 1.3): operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2019			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços (i)	436.723	780.619	(5.834)	1.211.508
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(339.036)	(258.082)	3.344	(593.774)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(564)	(206.559)	2.490	(204.633)
(=) Lucro bruto	97.123	315.978	-	413.101
Despesas comerciais	(32.714)	(20.093)	-	(52.807)
Despesas administrativas	(46.438)	(33.978)	-	(80.416)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(5.826)	(198)	-	(6.024)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.292	8.507	-	18.799
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	22.437	270.216	-	292.653
Receita financeira				16.670
Despesa financeira				(110.158)
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social				199.165
Impostos e contribuições sobre o lucro				(57.383)
Lucro líquido do exercício				141.782
Ativos totais por segmento	619.756	2.820.327	(386.234)	3.053.849
Passivos totais por segmento	272.912	2.317.446	(27.263)	2.563.095
Depreciação e amortização	(11.957)	(223.014)	-	(234.971)

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2018

	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Consolidado
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços (i)	388.692	582.311	(32.057)	938.946
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(305.839)	(263.575)	26.183	(543.231)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.100)	(86.193)	5.874	(81.419)
(=) Lucro bruto	81.753	232.543	-	314.296
Despesas comerciais	(9.006)	(13.527)	-	(22.533)
Despesas administrativas	(69.991)	(11.925)	-	(81.916)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	-	(9.751)	-	(9.751)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.705	5.843	-	18.548
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	15.461	203.183	-	218.644
Receita financeira				15.632
Despesa financeira				(82.652)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social				151.624
Impostos e contribuições sobre o lucro				(45.732)
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas				105.892
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas				7.045
Lucro líquido do exercício				112.937
Ativos totais por segmento	472.480	1.937.186	(386.234)	2.023.432
Passivos totais por segmento	278.966	1.190.246	(27.263)	1.441.949
Depreciação e amortização	(5.630)	(201.133)	-	(206.763)

(i) As transferências entre segmentos representam menos de 10% da receita líquida de todos os segmentos operacionais.

7 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, instrumentos financeiros derivativos, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos financeiros a pagar, arrendamento por direito de uso, cessão de direitos creditórios, obrigações a pagar por aquisição de empresas, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

7.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	31/12/2019				Controladora 31/12/2018			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial								
Caixa e equivalentes de caixa	269.376	-	247	269.623	23.525	-	200	23.725
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	176.427	-	-	176.427	7.253	-	-	7.253
Contas a receber	-	-	140.642	140.642	-	-	66.994	66.994
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.048	-	16.048	-	4.880	-	4.880
Outros créditos	-	-	27	27	-	-	115	115
	445.803	16.048	140.916	602.767	30.778	4.880	67.309	102.967
Passivo, conforme balanço patrimonial								
Fornecedores			81.961	81.961			56.228	56.228
Empréstimos, financiamentos e debêntures			2.002.698	2.002.698			771.388	771.388
Arrendamento a pagar			26.369	26.369			42.669	42.669
Arrendamento por direito de uso			2.211	2.211			-	-
Cessão de direitos creditórios			18.128	18.128			24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas			8.828	8.828			68.044	68.044
Outras contas a pagar			199	199			26.228	26.228
			2.140.394	2.140.394			988.728	988.728

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019				Consolidado 31/12/2018			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de hedge	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial								
Caixa e equivalentes de caixa	317.108	-	5.722	322.830	57.086	-	1.519	58.605
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	176.427	-	655	177.082	7.253	-	794	8.047
Contas a receber	-	-	227.726	227.726	-	-	169.346	169.346
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.048	-	16.048	-	4.880	-	4.880
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	27.002	27.002	-	-	23.477	23.477
Outros créditos	-	-	9.279	9.279	-	-	15.318	15.318
	493.535	16.048	270.384	779.967	64.339	4.880	210.454	279.673
Passivo, conforme balanço patrimonial								
			Custo amortizado	Total			Custo amortizado	Total
Fornecedores			112.998	112.998			82.962	82.962
Floor plan			64.916	64.916			53.413	53.413
Empréstimos, financiamentos e debêntures			2.070.840	2.070.840			886.450	886.450
Arrendamento a pagar			26.783	26.783			44.935	44.935
Arrendamento por direito de uso			40.949	40.949			-	-
Cessão de direitos creditórios			18.128	18.128			24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas			8.828	8.828			68.044	68.044
Outras contas a pagar			4.877	4.877			29.529	29.529
			2.348.319	2.348.319			1.189.504	1.189.504

7.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, está demonstrada a seguir:

	31/12/2019		Controladora 31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	269.623	269.623	23.725	23.725
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	176.427	176.427	7.253	7.253
Contas a receber	140.642	140.642	66.994	66.994
Instrumentos financeiros derivativos	16.048	16.048	4.880	4.880
Outros créditos	27	27	115	115
Total	602.767	602.767	102.967	102.967
Passivos Financeiros				
Fornecedores	81.961	81.961	56.228	56.228
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.002.698	2.074.985	771.388	811.755
Arrendamento a pagar	26.369	26.467	42.669	42.672
Arrendamento por direito de uso	2.211	2.211	-	-
Cessão de direitos creditórios	18.128	18.128	24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	8.828	8.828	68.044	68.044
Outras contas a pagar	199	199	26.228	26.228
Total	2.140.394	2.212.779	988.728	1.029.098

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	322.830	322.830	58.605	58.605
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	177.082	177.082	8.047	8.047
Contas a receber	227.726	227.726	169.346	169.346
Instrumentos financeiros derivativos	16.048	16.048	4.880	4.880
Fundo para capitalização de concessionárias	27.002	27.002	23.477	23.477
Outros créditos	9.279	9.279	15.318	15.318
Total	779.967	779.967	279.673	279.673
Passivos Financeiros				
Fornecedores	112.998	112.998	82.962	82.962
Floor plan	64.916	64.916	53.413	53.413
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.070.840	2.144.014	886.450	926.543
Arrendamento a pagar	26.783	26.881	44.935	44.939
Arrendamento por direito de uso	40.949	45.290	-	-
Cessão de direitos creditórios	18.128	18.128	24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	8.828	8.828	68.044	68.044
Outras contas a pagar	4.877	4.877	29.529	29.529
Total	2.348.319	2.425.932	1.189.504	1.229.601

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e Letras do Tesouro Nacional (“LTN”);

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários (“CDB”), operações compromissadas e outras aplicações; e

Nível 3 — Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. O Grupo não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	254.418	254.418	-	5.737	5.737
Operações compromissadas	-	13.300	13.300	-	17.092	17.092
Cotas de fundo de investimento	-	1.658	1.658	-	-	-
Outras aplicações	-	-	-	-	696	696
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	140.163	-	140.163	3.304	-	3.304
LTN - Letras do Tesouro Nacional	36.264	-	36.264	3.949	-	3.949
Valor justo de instrumentos de hedge						
Swap	-	14.950	14.950	-	4.880	4.880
Opção de compra IDI	-	1.098	1.098	-	-	-
	176.427	285.424	461.851	7.253	28.405	35.658
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.002.698	2.002.698	-	771.388	771.388
Arrendamento a pagar	-	26.369	26.369	-	42.669	42.669
Arrendamento por direito de uso	-	2.211	2.211	-	-	-
	2.031.278	2.031.278	2.031.278	-	814.057	814.057

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019			Consolidado 31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	282.108	282.108	-	6.852	6.852
Operações compromissadas	-	32.902	32.902	-	49.538	49.538
Cotas de fundo de investimento	-	1.667	1.667	-	-	-
Outras aplicações	-	431	431	-	696	696
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	140.163	-	140.163	3.304	-	3.304
LTN - Letras do Tesouro Nacional	36.264	-	36.264	3.949	-	3.949
Outras aplicações	-	655	655	794	-	794
Valor justo de instrumentos de hedge						
Swap	-	14.950	14.950	-	4.880	4.880
Opção de compra IDI	-	1.098	1.098	-	-	-
	176.427	333.811	510.238	8.047	61.966	70.013
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.070.840	2.070.840	-	886.450	886.450
Arrendamento a pagar	-	26.783	26.783	-	44.935	44.935
Arrendamento por direito de uso	-	40.949	40.949	-	-	-
	-	2.138.572	2.138.572	-	931.385	931.385

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- (ii) *A análise de fluxos de caixa descontados.*

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1 ^a	2 ^a	3 ^a	5 ^a	10 ^a
Taxa (a.a.) - %	4,41	4,33	4,56	5,26	5,77	6,41	7,00

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) - 31/12/2019.

7.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo, referem-se a fornecedores, *floor plan*, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento a pagar, arrendamento por direito de uso, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas, e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da sua controladora JSL, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

As classificações decorrentes de escala local (“Br”) e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

i. Contas a receber

O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. O Grupo utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pelo Grupo, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que o contas a receber está vencido e é ajustado para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

O Grupo baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação e, a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados pelo Grupo continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do período.

ii. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo é determinada somente em escala nacional ("Br") para caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores depositados em conta corrente	247	5.722
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	269.222	316.101
Br AA+	97	396
Br AA	53	600
Br AA-	4	11
Total de aplicações financeiras	269.376	317.108
Total de caixa e equivalentes de caixa	269.623	322.830
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	176.427	177.082
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	176.427	177.082

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Os Instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento a pagar, arrendamento por direito de uso e obrigações a pagar por aquisição de empresas, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento a pagar, arrendamento por direito de uso do Grupo, sujeitas a taxas de juros.

A Companhia possui exposições a variação de taxa de juros. Para mitigar estas exposições, contratou opções sobre "Índice de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia" (IDI) listado na B3. Estas opções funcionam como limitadores, assegurando um limite máximo de variação de taxa de juros. Para proteger as exposições contra a alta da taxa de juros a Companhia adquiriu opções de compra (*Call*) sobre o IDI (*Caps*), e para proteger exposições contra a queda da taxa de juros poderá comprar opções de venda (*Put*) sobre IDI (*Floor*). As opções de IDI funcionam como uma espécie de seguro, em que o prêmio da opção se assemelha ao prêmio de um seguro onde a Companhia compra apenas direitos. Os limitadores são contratados com o objetivo único e exclusivo de proteção patrimonial. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 7.4.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O estudo da Administração considera em 31 de dezembro de 2019 as seguintes taxas prováveis, impactando proporcionalmente as dívidas e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras do Grupo: CDI em 4,55% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 – Brasil, Bolsa e Balcão); SELIC de 4,50% a.a. (fonte: Bacen) e taxa do Dólar norte-americano (“Dólar”) de R\$ 4,10 (fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Consolidado Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>						
Swap - Valor notional (em milhares de dólares)	40.000	Queda do USD	4,10	164.000	205.000	246.000
Crédito internacional (objeto) (em milhares de dólares)	(40.000)	Aumento do USD	4,10	(164.000)	(205.000)	(246.000)
Opção de compra <i>IDI</i> (Posição comprada em Opção de compra “ <i>call</i> ” curva passiva)	(378.739)	PRÉ-FIXADO	7,27%	(27.534)	(27.534)	(27.534)
Opção de compra <i>IDI</i> (Posição comprada em Opção de compra “ <i>call</i> ” curva ativa)	378.739	Aumento do CDI	7,27%	27.534	34.418	41.301
Efeito líquido da exposição	-			-	6.884	13.767
Efeito líquido da exposição cambial						
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(162.042)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(8.183)	(8.183)	(8.183)
Swap - Valor notional (ativo)	162.042	PRÉ-FIXADO	5,05%	8.183	8.183	8.183
Swap - Valor notional (passivo)	(154.606)	Aumento do CDI	4,55%	(7.035)	(8.794)	(10.553)
Efeito líquido da exposição	(154.606)			(7.035)	(8.794)	(10.553)
Efeito líquido das operações de <i>hedge accounting</i>	(154.606)			(7.035)	(1.910)	3.214
Demais operações - Pós-fixada						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	317.108	Aumento do CDI	4,55%	14.428	18.035	21.642
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LFT	140.163	Aumento da SELIC	4,50%	6.307	7.884	9.461
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LTN	36.264	Aumento da SELIC	4,50%	1.632	2.040	2.448
Outros investimentos (Títulos e valores mobiliários)	655	Aumento do CDI	4,55%	30	38	45
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(8.828)	Aumento do CDI	4,55%	(402)	(503)	(603)
Empréstimos e financiamentos - CRA I	(274.534)	Aumento do CDI	5,45%	(14.962)	(18.703)	(22.443)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(422.062)	Aumento do CDI	5,28%	(22.285)	(27.856)	(33.428)
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(804.950)	Aumento do CDI	6,36%	(51.195)	(63.994)	(76.793)
Empréstimos e financiamentos - CDCA	(65.769)	Aumento do CDI	6,57%	(4.321)	(5.401)	(6.482)
Arrendamentos a pagar	(26.783)	Aumento do CDI	4,55%	(1.219)	(1.524)	(1.829)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixada	(1.108.736)			(71.987)	(89.984)	(107.982)
Demais operações - Pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos - Finame	(90.958)	PRÉ-FIXADO	4,95%	(4.502)	(4.502)	(4.502)
Empréstimos e financiamentos - CDC	(23.668)	PRÉ-FIXADO	8,04%	(1.903)	(1.903)	(1.903)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(286)	PRÉ-FIXADO	8,50%	(24)	(24)	(24)
Empréstimos e financiamentos - CRA II	(215.967)	PRÉ-FIXADO	7,82%	(16.889)	(16.889)	(16.889)
Empréstimos e financiamentos - Consórcios	(10.557)	PRÉ-FIXADO	6,10%	(644)	(644)	(644)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré fixada	(341.436)			(23.962)	(23.962)	(23.962)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(1.601.861)			(102.984)	(115.856)	(128.730)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

7.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política definida, serão objeto de *hedge* as operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa do Grupo em virtude dos riscos envolvidos. Quando o Grupo realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta administração avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Vamos possuía instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap e posição comprada de Opção de Compra de Índice de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiro – “Opção de compra de *IDI*”). Tanto os contratos de *swap*, quanto as opções de compra de *IDI* foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. O contrato de opção de compra IDI asseguram um limite máximo para perda em um cenário onde a Companhia contrate empréstimos a uma taxa flutuante. O índice é corrigido diariamente pela taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI), ao comprar uma opção de compra sobre este índice (IDI), com exercício em data futura, a Companhia consegue limitar a despesa financeira para o mesmo período sobre o notional contratado.

A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade estão devidamente documentados confirmando assim a efetividade prospectiva da relação de *hedge* a partir da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes, líquido do respectivo imposto de renda”. Em 31 de dezembro de 2019, a variação positiva líquida de impostos era de R\$ 890, na controladora e no consolidado (variação positiva no montante, líquido de impostos, de R\$ 709 em 31 de dezembro de 2018). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes”, líquidos de impostos são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019, na controladora e no consolidado, são os seguintes:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada a.a.	Controladora e Consolidado	
							Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
Contrato de Swap	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X CDI	USD 40.000	05/2021	PRE + câmbio	130,15% CDI	162.042	169.556

Descrição	Contraparte	Indexador	Data de início	Vencimento	Quantidade	Principal Inicial	Indexador	Controladora e Consolidado		
								Taxa Contratada a.a.	Preço de Exercício	Valor de Mercado
Compra de Opções de Compra de IDI	B3	PRE	25/02/2019	03/01/2022	525	R\$ 139.799	Pré	7,7%	329	262
Compra de Opções de Compra de IDI	B3	PRE	28/08/2019	02/01/2023	870	R\$ 238.940	Pré	7,1%	358	638
Compra de Opções de Compra de IDI	B3	PRE	19/12/2019	03/01/2022	1840	R\$ 513.628	Pré	6,5%	970	689
						R\$ 892.367			1.657	1.589

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Valor Notional	Em 31 de dezembro de 2019		Em 31 de dezembro de 2018		
		Ativo	Passivo	Valor Notional	Ativo	Passivo
Opção de Compra de IDI	R\$ 892.367	1.098	-	-	-	-
Swap USD X CDI	USD 40.000	14.950	-	USD 40.000	4.880	-
Não circulante		16.048	-		4.880	-

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de swap impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

Swap de fluxo de caixa	Valor Contábil	Em 31 de dezembro de 2019			
		Fluxo de caixa esperado			
		Total	1-6 Meses	6-12 Meses	Mais de 1 ano
Ponta ativa	169.556	175.746	4.866	4.813	166.067
Ponta passiva	(154.606)	(164.698)	(4.218)	(4.452)	(156.028)
	14.950	11.048	648	361	10.039

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	60	140	133	132
Bancos	187	60	5.589	1.387
Total disponibilidades	247	200	5.722	1.519
CDB - Certificados de depósitos bancários	254.418	5.737	282.108	6.852
Operações compromissadas com lastro em debêntures	13.300	17.092	32.902	49.538
Cotas de fundo de investimento	1.658	-	1.667	-
Letras financeiras	-	696	-	696
Outros	-	-	431	-
Total aplicações financeiras	269.376	23.525	317.108	57.086
Total do caixa e equivalentes de caixa	269.623	23.725	322.830	58.605

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 5,91% a.a. atreladas 99,60% do CDI, (em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio foi de 6,42% a.a. atreladas 99,48% do CDI).

9 Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	140.163	3.304	140.163	3.304
LTN - Letras do Tesouro Nacional	36.264	3.949	36.264	3.949
Outras aplicações	-	-	655	794
Total	176.427	7.253	177.082	8.047
Ativo circulante	176.427	7.253	176.427	7.253
Ativo não circulante	-	-	655	794
Total	176.427	7.253	177.082	8.047

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio foi de 5,94% a.a. (6,42% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valores a receber de serviços e locações	145.245	77.857	214.856	133.299
Valores a receber de venda de caminhões, máquinas, equipamentos e peças	-	-	12.809	20.491
Valores a receber de partes relacionadas (nota 22.1)	5.806	21.438	5.414	23.704
Arrendamento mercantil a receber (i)	-	-	15.208	27.732
Receita a faturar (ii)	26.007	6.624	29.180	8.874
Valores a receber de cartões de crédito	-	166	1.331	1.200
Outras contas a receber	2.182	-	2.666	1.760
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(38.598)	(39.091)	(53.738)	(47.714)
Total	140.642	66.994	227.726	169.346
Ativo circulante	140.642	66.469	223.481	155.157
Ativo não circulante	-	525	4.245	14.189
Total	140.642	66.994	227.726	169.346

(i) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas Sociedades Borgato;

(ii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é calculada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

10.1 Classificação por vencimentos (*aging list*) e movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total a vencer	129.569	60.732	202.010	146.262
Vencidos até 30 dias	4.813	6.274	9.220	9.279
Vencidos de 31 a 90 dias	4.761	4.328	8.867	8.855
Vencidos de 91 a 180 dias	2.541	5.946	6.120	9.756
Vencidos de 181 a 365 dias	2.138	2.663	5.917	6.838
Vencidos acima de 365 dias	35.418	26.142	49.330	36.070
Total vencidos	49.671	45.353	79.454	70.798
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(38.598)	(39.091)	(53.738)	(47.714)
Total	140.642	66.994	227.726	169.346

As movimentações das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(27.386)	(35.583)
Remensuração (CPC 48 / IFRS 9)	(2.110)	(4.081)
Saldo em 1 de janeiro de 2018	(29.496)	(39.664)
(-) Adições	(18.269)	(27.721)
(+) Reversões	8.674	16.219
(-) Cisão JSL Holding	-	2.915
(+) Baixas efetivas	-	537
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(39.091)	(47.714)
(-) Adições	(12.930)	(26.934)
(+) Reversões	13.423	20.910
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(38.598)	(53.738)

11 Estoques

Descrição	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Veículos novos	80.903	59.628
Peças para revenda (i)	38.051	35.061
Veículos usados	21.381	10.331
Outros	3.711	108
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(3.774)	(3.198)
Total	140.272	101.930

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(860)
(-) Adições	(3.295)
(+) Reversões	957
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.198)
(-) Adições	(2.707)
(+) Reversões	2.131
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.774)

12 Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão abaixo demonstradas:

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas equipamentos	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2018	39.442	14.658	54.100	58.409	56.522	114.931
Bens transferidos do imobilizado	254.559	73.241	327.800	265.873	129.631	395.504
Bens baixados por venda	(213.064)	(75.812)	(288.876)	(215.849)	(128.897)	(344.746)
Em 31 de dezembro de 2019	80.937	12.087	93.024	108.433	57.256	165.689
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2018	(12.107)	(10.998)	(23.105)	(17.157)	(39.919)	(57.076)
Bens transferidos do imobilizado	(85.918)	(39.696)	(125.614)	(93.665)	(80.479)	(174.144)
Bens baixados por venda	68.303	43.186	111.489	62.603	77.510	140.113
Em 31 de dezembro de 2019	(29.722)	(7.508)	(37.230)	(48.219)	(42.888)	(91.107)
Valor residual líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.335	3.660	30.995	41.252	16.603	57.855
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.215	4.579	55.794	60.214	14.368	74.582

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2017	9.066	13.513	22.579	9.432	30.987	40.419
Bens transferidos do imobilizado	93.360	11.796	105.156	111.979	71.765	183.744
Bens baixados por venda	(62.984)	(10.651)	(73.635)	(62.765)	(46.230)	(108.995)
Cisão JSL Holding	-	-	-	(237)	-	(237)
Em 31 de dezembro de 2018	39.442	14.658	54.100	58.409	56.522	114.931
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2017	(2.326)	(9.032)	(11.358)	(2.327)	(9.031)	(11.358)
Bens transferidos do imobilizado	(30.164)	(8.981)	(39.145)	(35.393)	(37.901)	(73.294)
Bens baixados por venda	20.383	7.015	27.398	20.562	7.014	27.576
Em 31 de dezembro de 2018	(12.107)	(10.998)	(23.105)	(17.158)	(39.918)	(57.076)
Valor residual líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.740	4.481	11.221	7.105	21.956	29.061
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.335	3.660	30.995	41.251	16.604	57.855

Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, considerando tal circunstância, a sua venda, em prazo inferior a um ano, é altamente provável.

13 Fundo para capitalização de concessionárias

O fundo para capitalização de concessionárias refere-se aos aportes efetuados pelas controladas da Companhia, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de caminhões, máquinas e equipamentos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 27.002 (R\$ 23.477 em 31 de dezembro de 2018).

14 Investimentos

14.1 Movimentação dos investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

Investimentos	31/12/2018	Amortização da mais-valia	Distribuição de dividendos nota 11.3	Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Redução de investimento	31/12/2019	Participação %	Controladora
										Patrimônio líquido em 31/12/2019
Transrio	131.910	-	(3.415)	-	-	14.374	-	142.869	99,99	142.869
Vamos Máquinas	169.078	-	(1.141)	-	-	4.809	-	172.746	99,99	172.746
Vamos Seminovos	21.724	-	-	5.200	-	(2.686)	-	24.238	99,99	24.238
Borgato Serviços Agrícolas	34.338	-	(318)	-	-	1.340	-	35.360	99,99	35.360
Clicca	1.921	-	-	-	-	-	(1.921)	-	-	-
Vamos Linha Amarela	-	-	-	-	5.000	-	-	5.000	99,99	5.000
Ágio	82.959	-	-	-	-	-	-	82.959	-	82.959
Mais valia	25.228	(3.774)	-	-	-	-	-	21.454	-	21.454
Total Investimentos	467.158	(3.774)	(4.874)	5.200	5.000	17.837	(1.921)	484.626		484.626

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos	31/12/2017	Adiantament o para futuro aumento de capital ("AFAC")	Distribui ção de dividend os	Ajuste do CPC 48 / IFRS 9	Aporte de capital	Amortiza ção de mais valia	Redução do investimento	Resultado de equivalênc ia patrimonia l das operações descontin uadas	Resultad o de equivalên cia patrimoni al das operações continua das	31/12/2018	Particip ação %	Patrimônio líquido em 31/12/2018	Controladora
JSL Holding (operação descontinuada - nota 1.3)	65.834	10.000	-	-	-	-	(82.879)	7.045	-	-	-	-	-
Transrio (j)	152.920	6.000	-	(6)	-	-	(37.000)	-	9.996	131.910	99,99	131.910	
Vamos Máquinas	84.008	82.500	(10.049)	(1.018)	-	-	-	-	13.637	169.078	99,99	169.078	
Borgato Caminhões	5.329	15.001	-	(257)	-	-	-	-	1.651	21.724	99,99	21.724	
Borgato Serviços Agrícolas	16.662	15.000	(6.111)	(20)	-	-	-	-	8.807	34.338	99,99	34.338	
Clicca	-	326	-	-	1.630	-	-	-	(35)	1.921	99,99	1.921	
Ágio	82.959	-	-	-	-	-	-	-	-	82.959	-	82.959	
Mais valia	35.158	-	-	-	-	(9.930)	-	-	-	25.228	-	25.228	
Total	442.870	128.827	(16.160)	(1.301)	1.630	(9.930)	(119.879)	7.045	34.056	467.158		467.158	

- (i) Em março de 2018, foi aprovada, em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R\$65.964, composto por transferência bancária de R\$37.000 e absorção do prejuízo acumulado de R\$28.964.

14.2 Saldos patrimoniais e resultado das investidas e controladas

	Controladora							
	31 de dezembro de 2019							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Lucro / (prejuízo) líquido do período
Transrio	131.724	158.154	99.275	47.734	142.869	328.064	(313.690)	14.374
Vamos Máquinas	153.092	142.550	50.952	71.944	172.746	173.021	(168.212)	4.809
Vamos Seminovos	24.977	2.267	2.933	73	24.238	1.957	(4.643)	(2.686)
Borgato Serviços Agrícolas	20.232	24.853	883	8.842	35.360	17.652	(16.312)	1.340
Vamos Linha Amarela	5.000	-	-	-	5.000	-	-	-
						520.694	(502.857)	17.837

14.3 Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 foi declarado pelas controladas Vamos Máquinas, Transrio e Borgato Serviços, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, a partir de seus lucros do exercício de 2019, os valores de R\$1.141, R\$3.415 e R\$318, respectivamente, totalizando R\$ 4.874 a ser recebido pela Companhia durante o exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2018 foi declarado pelas controladas Vamos Máquinas e Borgato Serviços, a distribuição de dividendos a partir de seus lucros acumulados no valor de R\$10.049 e R\$6.111, respectivamente, recebidos integralmente pela Companhia em janeiro de 2019.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

As movimentações no exercício em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

						Controladora
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso (ii)	Outros (i)	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2018	1.010.989	352.887	99	-	731	1.364.706
Adoção inicial ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 (ii)	-	-	-	4.225	-	4.225
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.010.989	352.887	99	4.225	731	1.368.931
Adições	700.899	163.167	760	-	2.755	867.581
Transferências	(6.640)	6.640	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(254.559)	(73.241)	-	-	-	(327.800)
Baixas	(1.742)	(883)	-	(714)	-	(3.339)
Em 31 de dezembro de 2019	1.448.947	448.570	859	3.511	3.486	1.905.373
Em 31 de dezembro de 2017	799.251	189.140	-	-	-	988.391
Adições	327.176	156.712	99	-	731	484.718
Transferências	(19.042)	19.042	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(93.360)	(11.796)	-	-	-	(105.156)
Baixas	(3.036)	(211)	-	-	-	(3.247)
Em 31 de dezembro de 2018	1.010.989	352.887	99	-	731	1.364.706
Depreciação acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2018	(186.924)	(70.701)	(4)	-	-	(257.629)
Despesa de depreciação no período	(126.774)	(54.008)	(48)	(1.370)	(57)	(182.257)
Transferências	184	(184)	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	85.918	39.696	-	-	-	125.614
Baixas	1.094	860	-	-	-	1.954
Em 31 de dezembro de 2019	(226.502)	(84.337)	(52)	(1.370)	(57)	(312.318)
Em 31 de dezembro de 2017	(106.911)	(22.584)	-	-	-	(129.495)
Despesa de depreciação no período	(110.347)	(57.283)	(4)	-	-	(167.634)
Transferências	(39)	39	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	30.164	8.981	-	-	-	39.145
Baixas	209	146	-	-	-	355
Em 31 de dezembro de 2018	(186.924)	(70.701)	(4)	-	-	(257.629)
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	824.065	282.186	95	-	731	1.107.077
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.222.445	364.233	807	2.141	3.429	1.593.055
Taxas médias da depreciação (%) - em 2019:	11%	12%	10%	8%	20%	-
Taxas médias da depreciação (%) - em 2018:	8%	15%	10%	-	20%	-

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Direito de uso (ii)	Outros (i)	Total
Custo:									
Em 31 de dezembro de 2018	1.136.374	421.849	12.856	2.822	15.917	21.293	-	1.892	1.613.003
Adoção inicial ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 (ii)	-	-	-	-	-	-	56.120	-	56.120
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.136.374	421.849	12.856	2.822	15.917	21.293	56.120	1.892	1.669.123
Adições	700.942	165.844	152	1.503	-	-	2.674	5.131	876.246
Transferências	(6.640)	6.640	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(265.873)	(129.631)	-	-	-	-	-	-	(395.504)
Baixas (iii)	(1.398)	(2.367)	-	(67)	-	(15)	(10.599)	(598)	(15.044)
Em 31 de dezembro de 2019	1.563.405	462.335	13.008	4.258	15.917	21.278	48.195	6.425	2.134.821
Em 31 de dezembro de 2017	951.185	320.178	16.479	4.115	15.917	16.904	-	6.899	1.331.677
Adições	322.094	156.129	129	236	-	12	-	2.408	481.008
Cisão JSL Holding (nota 1.3)	(2.281)	(80)	-	(65)	-	-	-	-	(2.426)
Transferências	(18.139)	17.665	(3.752)	(1.464)	-	4.377	-	1.313	-
Transferências para bens destinados a venda	(111.979)	(71.765)	-	-	-	-	-	-	(183.744)
Baixas	(4.506)	(278)	-	-	-	-	-	(8.728)	(13.512)
Em 31 de dezembro de 2018	1.136.374	421.849	12.856	2.822	15.917	21.293	-	1.892	1.613.003
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2018	(198.930)	(55.019)	(3.966)	(1.368)	-	(4.109)	-	(170)	(263.562)
Despesa de depreciação no período	(139.686)	(77.389)	(740)	(583)	-	(768)	(8.974)	(992)	(229.132)
Transferências	184	(184)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	93.665	80.479	-	-	-	-	-	-	174.144
Baixas (iii)	1.199	1.124	-	6	-	84	94	837	3.344
Em 31 de dezembro de 2019	(243.568)	(50.989)	(4.706)	(1.945)	-	(4.793)	(8.880)	(325)	(315.206)
Em 31 de dezembro de 2017	(108.170)	(24.860)	(2.821)	(1.616)	-	(2.429)	-	(298)	(140.194)
Despesa de depreciação no período	(127.859)	(70.957)	(1.845)	(494)	-	(773)	-	(162)	(202.090)
Cisão JSL Holding (nota 1.3)	968	-	-	66	-	-	-	-	1.034
Transferências	58	2.712	700	676	-	(907)	-	(3.239)	-
Transferências para bens destinados a venda	35.392	37.902	-	-	-	-	-	-	73.294
Baixas	681	184	-	-	-	-	-	3.529	4.394
Em 31 de dezembro de 2018	(198.930)	(55.019)	(3.966)	(1.368)	-	(4.109)	-	(170)	(263.562)
Valor líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	937.444	366.830	8.890	1.454	15.917	17.184	-	1.722	1.349.441
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.319.837	411.346	8.302	2.313	15.917	16.485	39.315	6.100	1.819.615
Saldo em 31 de dezembro de 2017	843.015	295.318	13.658	2.499	15.917	14.475	-	6.601	1.191.483
Saldo em 31 de dezembro de 2018	937.444	366.830	8.890	1.454	15.917	17.184	-	1.722	1.349.441
Taxas médias da depreciação (%) - no período 2019:	11%	12%	4%	10%	-	4%	-	5%	
Taxas médias da depreciação (%) - no período 2018:	8%	10%	2%	10%	-	4%	-	5%	

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A coluna denominada outros, está composta substancialmente por obras em andamento e *hardwares*;
- (ii) Refere-se à adoção inicial do CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, conforme nota explicativa 4.1d. Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamento de imóveis; e
- (iii) A baixa do valor residual de R\$10.505 de direito de uso refere-se ao distrato de lojas das concessionárias.

Em março de 2018, baseado na revisão das estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica dos ativos imobilizados, foram alteradas as taxas de depreciação da Vamos Locação, em 2% na média ponderada.

Em 31 de dezembro de 2018, foi realizado o teste sobre a recuperabilidade dos ativos e não houve a necessidade de constituição de provisão ao valor recuperável (*impairment*). Para o exercício de 2019, o Grupo não identificou indícios que os ativos pudessem estar desvalorizados.

15.1 Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo por meio de arrendamento a pagar, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Os saldos desses bens de arrendamento financeiro que integram o ativo imobilizado está demonstrado na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Veículos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo residual:				
Saldo em 31 de dezembro 2019	31.171	31.171	470	31.641
Saldo da Dívida:				
Saldo em 31 de dezembro 2019	26.348	26.348	435	26.783

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo residual:						
Saldo em 31 de dezembro 2018	44.128	578	44.706	44.128	578	44.706
Saldo da Dívida:						
Saldo em 31 de dezembro 2018	41.935	734	42.669	41.863	3.072	44.935

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão abaixo demonstradas:

	Controladora				Consolidado		
	Softwares	Ágio (ii)	Fundo de comércio (i)	Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)	Softwares	Outros	Total
Custo:							
Em 31 de dezembro de 2018	1.866	86.877	41.614	35.404	2.181	4.439	170.515
Adições	887	-	-	-	959	4	963
Baixas	(2.026)	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>727</u>	<u>86.877</u>	<u>41.614</u>	<u>35.404</u>	<u>1.049</u>	<u>4.443</u>	<u>169.387</u>
Em 31 de dezembro de 2017	-	90.459	41.614	35.404	514	4.366	172.357
Adições	1.866	-	-	-	1.944	73	2.017
Cisão JSL Holding	-	(3.582)	-	-	(277)	-	(3.859)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>1.866</u>	<u>86.877</u>	<u>41.614</u>	<u>35.404</u>	<u>2.181</u>	<u>4.439</u>	<u>170.515</u>
Amortização acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2018	(109)	-	-	(5.170)	(208)	-	(5.378)
Adições	(139)	-	-	(5.640)	(199)	-	(5.839)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(248)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.810)</u>	<u>(407)</u>	<u>-</u>	<u>(11.217)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(106)	-	(106)
Adições	(109)	-	-	(5.170)	(215)	-	(5.385)
Cisão JSL Holding	-	-	-	-	113	-	113
Em 31 de dezembro de 2018	<u>(109)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.170)</u>	<u>(208)</u>	<u>-</u>	<u>(5.378)</u>
Valor líquido:							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.757	86.877	41.614	30.234	1.973	4.439	165.137
Saldo em 31 de dezembro de 2019	479	86.877	41.614	24.594	642	4.443	158.170
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	90.459	41.614	35.404	408	4.366	172.251
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.757	86.877	41.614	30.234	1.973	4.439	165.137
Taxas médias de amortização (%)							
- período:							
2019	11,40%	-	-	20,00%	11,40%	-	
2018	11,40%	-	-	20,00%	11,40%	-	

- (i) Fundo de comércio refere-se aos direitos de concessão e exploração da marca MAN pela Transrio nas filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe no valor total de R\$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem, e comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R\$ 10.800. Esses valores estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto com as respectivas unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos.
- (ii) Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio no valor de R\$ 3.918 e das Sociedades Borgato no valor de R\$ 82.959.
- (iii) O valor de R\$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o montante remanescente de R\$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

16.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se a aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e, também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de UGC:

Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	31/12/2019	31/12/2018		
	Saldo	Custo	Cisão Holding	Saldo
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	82.959	82.959	-	82.959
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Transrio	3.918	3.918	-	3.918
Serviços financeiros	-	3.582	(3.582)	-
Total	86.877	90.459	(3.582)	86.877

16.2 Teste de redução ao valor recuperável (“impairment”)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio
Taxas de desconto (WACC)	9,17%	10,13%	9,17%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,55%	3,55%	3,55%
Taxas de crescimento estimado para o EBITDA (média para os próximos 5 anos)	6,0%	13,7%	8,6%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2020 a dezembro de 2024;
- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação e impostos;
- O valor residual após dezembro de 2024 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,95% (inflação);

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período (“*mid period*”), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Os valores recuperáveis estimados para as UGCs Locação de caminhões, máquinas e equipamentos, Valtra e Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R\$ 639.620, R\$ 3.975 e R\$ 268.507, respectivamente. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil			
Em pontos percentuais (%)	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio
Taxa de desconto (WACC)	4,19	0,28	3,93

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para locação	60.292	6.333	60.292	8.680
Fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para estoque	-	-	27.538	17.602
Fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para locação – partes relacionadas (nota 22.1)	17.462	47.171	20.618	52.402
Fornecedores de materiais de uso e consumo e prestação de serviços de terceiros	4.207	2.724	5.044	4.278
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(494)	-
Total	81.961	56.228	112.998	82.962
Passivo circulante	81.961	56.228	112.998	82.962

18 Floor plan

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas “*Floor plan*”, com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, prazo de carência de até 180 dias, que isenta a Companhia de qualquer ônus limitado até a emissão da nota fiscal de venda, se for em prazo inferior. Após esse período, incide taxa de juros de até 100% do CDI mais *spread* de até 0,5% ao mês. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou apenas o período de carência dos créditos rotativos. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 64.916 (R\$ 53.413 em 31 de dezembro de 2018).

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencido	31/12/2019			Movimentação					Controladora		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
				31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019						31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Em moeda nacional														
Finame(i)	4,95%	Pré-fixado	jan/25	23.636	65.213	88.849	42.681	(315.450)	(22.491)	20.779	-	59.500	303.830	363.330
Finame(i)	9,27%	TLP+3,70%	mai/21	-	-	-	-	(135.959)	(7.905)	7.412	-	60.029	76.423	136.452
Finame(i)	9,38%	SELIC+4,88%	abr/21	-	-	-	13.195	(101.929)	(2.637)	5.784	-	19.029	66.558	85.587
CCB(ii)	5,16%	CDI+0,76%	dez/21	255.635	150.000	405.635	400.000	-	-	5.635	-	-	-	-
CDC(iii)	8,04%	Pré-fixado	abr/23	8.592	15.076	23.668	193.428	(202.535)	(2.713)	7.023	-	4.848	23.617	28.465
CDCA (vii)	6,00%	CDI+1,6%	fev/20	25.706	-	25.706	25.000	-	-	706	-	-	-	-
CRA (vi)	5,30%	CDI+0,90%	fev/24	65.314	209.220	274.534	291.934	(16.667)	(14.070)	13.337	-	-	-	-
CRA (vi)	7,82%	Pré-fixado	nov/26	197	215.770	215.967	215.770	-	-	197	-	-	-	-
Debêntures (viii)	6,20%	CDI+1,80%	ago/26	13.180	791.770	804.950	789.941	-	-	15.009	-	-	-	-
NCE	5,10%	CDI+0,70%	out/19	-	-	-	120.000	(120.000)	(1.268)	1.268	-	-	-	-
Consórcio (iv)	7,80%	Pré-fixado	jun/23	373	974	1.347	-	(389)	-	-	-	1.736	-	1.736
				392.633	1.448.023	1.840.656	2.091.949	(892.929)	(51.084)	77.150	-	145.142	470.428	615.570
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional(4131) -USD (v)	USD+5,05%	USD+5,05%	mai/21	814	161.228	162.042	-	-	(8.446)	8.791	5.879	826	154.992	155.818
				814	161.228	162.042	-	-	(8.446)	8.791	5.879	826	154.992	155.818
				393.447	1.609.251	2.002.698	2.091.949	(892.929)	(59.530)	85.941	5.879	145.968	625.420	771.388
31/12/2018														
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média a.a. (%)	Vencido	31/12/2018			Movimentação					Controladora		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	6,88%	Pré-fixado	dez/28	59.500	303.830	363.330	209.260	(105.848)	(18.997)	20.402	-	71.466	187.047	258.513
Finame (i)	11,36%	TLP + 4,38%	mar/23	60.029	76.423	136.452	20.657	(45.713)	(15.521)	16.703	-	35.961	124.365	160.326
Finame (i)	10,86%	SELIC + 4,36%	dez/28	19.029	66.558	85.587	39.224	(10.419)	(2.950)	7.548	-	11.705	40.479	52.184
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.848	23.617	28.465	28.295	(10.040)	(2.483)	3.191	-	1.927	7.575	9.502
CCB (ii)	6,89%	100% do CDI	jan/23	-	-	-	-	(39)	(1)	-	-	40	-	40
Consórcios (iv)	14,60%	Pré-fixado	Dez/19	1.736	-	1.736	3.785	(2.049)	-	-	-	-	-	-
				145.142	470.428	615.570	301.221	(174.108)	(39.952)	47.844	-	121.099	359.466	480.565
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) – USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
Total				145.968	625.420	771.388	452.021	(174.108)	(43.883)	52.601	4.192	121.099	359.466	480.565

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado										
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2019			Movimentação					31/12/2018		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	4,95%	Pré-fixado	jan/25	25.338	65.620	90.958	42.681	(334.586)	(23.197)	21.447	-	77.044	307.569	384.613
Finame (i)	9,27%	TLP+3,70%	mai/21	-	-	-	-	(135.087)	(7.912)	7.419	-	59.157	76.423	135.580
Finame (i)	9,36%	SELIC+4,86%	abr/21	-	-	-	13.195	(103.663)	(2.703)	5.946	-	19.749	67.476	87.225
CCB (ii)	5,13%	CDI+0,73%	ago/25	258.941	163.121	422.062	400.000	(3.054)	(1.471)	7.137	-	2.802	16.648	19.450
CCB (ii)	8,50%	Pré-fixado	jan/23	101	185	286	-	(61)	(22)	25	-	74	270	344
CDC (iii)	8,04%	Pré-fixado	abr/23	8.592	15.076	23.668	193.428	(202.538)	(2.713)	7.023	-	4.849	23.619	28.468
CDCA (vii)	6,47%	CDI+2,02%	abr/23	37.829	27.940	65.769	25.000	(12.001)	(3.945)	4.467	-	12.248	40.000	52.248
Debêntures (viii)	6,20%	CDI+1,80%	ago/26	13.180	791.770	804.950	789.942	-	-	15.008	-	-	-	-
CRA I (vi)	5,30%	CDI+0,90%	fev/24	65.314	209.220	274.534	291.934	(16.667)	(14.070)	13.337	-	-	-	-
CRA II (vi)	7,82%	Pré-fixado	nov/26	197	215.770	215.967	215.770	-	-	197	-	-	-	-
NCE	6,10%	CDI+0,70%	out/19	-	-	-	162.600	(162.600)	(1.647)	1.647	-	-	-	-
Conta garantida				47	-	47	47	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio (iv)	6,10%	Pré-fixado	jul/25	4.593	5.964	10.557	-	(12.147)	-	-	-	11.472	11.232	22.704
				414.132	1.494.666	1.908.798	2.134.597	(982.404)	(57.680)	83.653	-	187.395	543.237	730.632
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) - USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	814	161.228	162.042	-	-	(8.446)	8.791	5.879	826	154.992	155.818
				814	161.228	162.042	-	-	(8.446)	8.791	5.879	826	154.992	155.818
				414.946	1.655.894	2.070.840	2.134.597	(982.404)	(66.126)	92.444	5.879	188.221	698.229	886.450

				Consolidado										
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média a.a. (%)	Vencto.	31/12/2018			Movimentação					31/12/2017		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	6,86%	Pré-fixado	dez/28	77.044	307.569	384.613	209.260	(131.906)	(21.483)	22.553	-	94.039	212.150	306.189
Finame (i)	11,36%	TLP + 4,38%	mar/23	59.157	76.423	135.580	20.988	(134.227)	(17.483)	18.744	-	70.765	176.793	247.558
Finame (i)	10,84%	SELIC+ 4,34%	dez/28	19.749	67.476	87.225	39.224	(24.557)	(3.153)	7.981	-	19.361	48.369	67.730
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.849	23.619	28.468	28.295	(11.709)	(2.482)	3.191	-	3.025	8.148	11.173
CCB (ii)	6,40%	100% CDI	ago/25	2.802	16.648	19.450	-	(39.343)	(2.887)	2.950	-	20.750	37.980	58.730
CCB (ii)	10,00%	Pré-fixado	Jan/23	74	270	344	344	-	-	-	-	-	-	-
CDCA (vii)	8,77%	CDI + 2,37%	Abr/23	12.248	40.000	52.248	-	(8.114)	(4.831)	5.079	-	8.114	52.000	60.114
Consórcio (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	11.472	11.232	22.704	3.785	(13.519)	-	-	-	9.075	23.363	32.438
				187.395	543.237	730.632	301.896	(363.375)	(52.319)	60.498	-	225.129	558.803	783.932
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) - USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
Total				188.221	698.229	886.450	452.696	(363.375)	(56.250)	65.255	4.192	225.129	558.803	783.932

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes características:

- (i) **Finame** são financiamentos para investimentos em caminhões, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Mensalmente são celebrados novos contratos relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de expansão e renovação da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até um ano de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o período da carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso;
- (ii) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de caminhões, máquinas e equipamentos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo mensais, trimestrais ou semestrais para amortização de principal e juros;
- (iii) **Capital de giro (CDC)** refere-se a operações utilizadas para gestão do caixa do Grupo. Os contratos de CDC possuem carência de seis meses, as amortizações de juros e principal são mensais após o período da carência;
- (iv) **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos mensais para juros e principal variados até dezembro de 2024;
- (v) **Crédito Internacional (4131)** refere-se à operação de empréstimo junto a instituições financeiras no exterior, possui amortização de juros semestrais e amortização de principal em parcela única vincenda em maio de 2021. Essa operação possui cláusulas de compromissos incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida em relação ao lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciações e amortizações, e custo de venda de ativos desmobilizados (EBITDA-A), medido anualmente com base no desempenho da controladora JSL S.A. Essa operação está 100% protegida, através de contratação de swap, conforme mencionado na nota explicativa 7.5;
- (vi) **Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRAs)** são Certificados de Recebíveis do Agronegócios emitidos para a captação de recursos destinados a financiar a cadeia do setor do agronegócio. Essa captação tem como objetivo levantar recursos para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos relacionadas a contratos de locação celebrados com clientes do agronegócio. A primeira parcela de principal e juros foi paga em novembro de 2019, com pagamentos subsequentes trimestrais. Esses contratos possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras líquidas em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações e custo de venda de ativos desmobilizados (EBITDA-A), medido com base no desempenho do Grupo;
- (vii) **CDCAs** são Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio celebrados junto às instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro. Essa operação possui cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras líquidas em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações e custo de venda de ativos desmobilizados (EBITDA-A), medido anualmente com base no desempenho da controladora JSL S.A; e
- (viii) **Debêntures** são títulos de dívida emitidos por sociedades por ações, emitidos com base na Instrução CVM 476/2009 que assegura aos seus detentores o direito de crédito contra a Companhia emissora. Os recursos captados tem a finalidade de subsidiar o capital de giro, investimentos e alongamento dos perfis de dívida. Essa operação possui cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações (EBITDA), medido trimestralmente com base no desempenho do Grupo. A Companhia contou com a captação de R\$ 789.942 em 20 de setembro de 2019 referente à 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie Quirografia em duas séries, em distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com vencimentos em 20 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026. As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Entidade emissora	Vamos Locação de caminhões, máquinas e equipamentos S.A.
Descrição	2ª Emissão
a. Identificação do processo por natureza	
<i>Instituição financeira</i>	BTG Pactual
Valor da 1ª Série	86.349
Valor da 2ª Série	
197.653	
<i>Instituição financeira</i>	BBI (Brasil Invest)
Valor da 1ª Série	64.486
Valor da 2ª Série	73.212
<i>Instituição financeira</i>	Itaú
Valor da 1ª Série	200.000
Valor da 2ª Série	20.000
<i>Instituição financeira</i>	Santander
Valor da 1ª Série	31.665
Valor da 2ª Série	126.635
Valor total	800.000
Valor total recebido em C/C	800.000
Emissão	16/08/2019
Captação	20/09/2019
Vencimento 1ª série	20/08/2024
Vencimento 2ª série	20/08/2026
Espécie	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	VAMO12 e VAMO22
b. Custos da transação incorridos	10,518
c. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %	
1ª Série	CDI+ 1,60%
2ª Série	CDI+ 2,00%
d. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	10.518

19.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	Controladora		31/12/2019 Consolidado	
		Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	até dez/2020	393.447	19,6%	414.946	20,0%
	2021	403.673	20,2%	422.022	20,4%
	2022	101.367	5,1%	117.519	5,7%
	2023	325.857	16,4%	333.635	16,1%
	2024	430.973	21,5%	433.730	20,9%
	2025	173.732	8,7%	175.339	8,5%
	2026 em diante	173.649	8,8%	173.649	8,4%
Total passivo não circulante		1.609.251	80,4%	1.655.894	80,0%
Total		2.002.698	100,0%	2.070.840	100,0%

20 Arrendamento a pagar

Contratos de arrendamentos na modalidade de *Finame leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo, que possuem encargos anuais pré-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	42.669	44.935
Amortização	(18.227)	(20.017)
Juros pagos	(984)	(1.052)
Juros apropriados	2.911	2.917
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	26.369	26.783
Circulante	10.123	10.537
Não circulante	16.246	16.246
Total	26.369	26.783
Taxa média a.a. (%)	7,26%	7,31%
Vencimento	nov/22	nov/22

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2017	19.273	28.555
Novos contratos	31.621	31.621
Amortização	(9.858)	(17.104)
Juros pagos	(694)	(1.105)
Juros apropriados	2.327	2.968
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	42.669	44.935
Circulante	13.347	15.201
Não circulante	29.322	29.734
Total	42.669	44.935
Taxa média a.a. (%)	9,34%	9,85%
Vencimento	nov/22	nov/22

20.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	Controladora		31/12/2019	
		Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	de out a dez/2020	10.123	38,4%	10.537	39,3%
	2021	16.099	61,1%	16.098	60,1%
	2022	147	0,6%	148	0,6%
Total passivo não circulante		16.246	61,6%	16.246	60,7%
Total		26.369	100,0%	26.783	100,0%

A administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos financeiros e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos e os arrendamentos financeiros seria um aumento aproximado de R\$ 1.425.

20.2 Garantias

Conforme demonstrado na nota explicativa 15.1, o Grupo Vamos possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

21 Arrendamento por direito de uso

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 6 anos. Os contratos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contratos de sub-arrendamento.

O Grupo arrenda em circunstâncias específicas, caminhões máquinas e equipamentos, com prazos de contrato que variam de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

A companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33:

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % aa
1	7,64%
2	7,48%
3	7,84%
5	8,49%
10	8,99%
15	9,17%
20	9,23%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo.

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	-	-
Adição por adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16 (nota 4.1.1)	4.225	56.120
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	4.225	56.120
Adições (i)	-	2.674
Baixas (i)	(637)	(12.146)
pagamentos	(1.054)	(5.977)
Juros pagos	(159)	(3.993)
Juros apropriados	(164)	4.271
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	2.211	40.949
Circulante	831	7.029
Não circulante	1.380	33.920
Total	2.211	40.949

(i) A baixa do direito de uso refere-se à interrupção de contratos de aluguéis de lojas das concessionárias.

As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 15.

21.1 Cronograma de amortização

Os cronogramas de amortização da controladora e consolidado estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	Controladora		31/12/2019 Consolidado	
		Valor Total	%	Valor Total	%
		Total passivo circulante	até Dez2020	831	37,6%
	2021	114	5,2%	5.666	13,8%
	2022	127	5,7%	5.489	13,4%
	2023	142	6,4%	4.503	11,0%
	2024	158	7,1%	3.477	8,5%
	2025 em diante	839	37,9%	14.785	36,1%
Total passivo não circulante		1.380	62,4%	33.920	82,8%
Total		2.211	100,0%	40.949	100,0%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de Caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do Arredamento	60.361	40.949
Pis /Cofins	5.229	3.473

A administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre o direito de uso e o passivo de arrendamento seria um aumento aproximado de R\$ 4.846.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Transações com partes relacionadas

22.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Contas a receber (nota 10)		Dividendos a receber (nota 14.3)		Contas a receber (nota 10)		Outros créditos	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
JSL S.A. (nota 19.2.1)	2.041	591	-	-	2.041	3.154	1.347	181
CS Brasil	694	15.240	-	-	694	15.449	-	-
Movida Participações	4	3.352	-	-	4	3.352	8	-
Movida Locação	734	6	-	-	734	5	6	-
Original Veículos	587	-	-	-	587	3	-	35
JSL Arrendamento	979	1.739	-	-	979	1.739	-	-
Ponto Veículos	375	3	-	-	375	2	-	-
Transrio	230	-	3.415	-	-	-	-	-
Vamos Máquinas	160	507	1.141	10.049	-	-	-	-
Borgato Serviços	1	-	318	6.111	-	-	-	-
Família Borgato	1	-	-	-	-	-	-	6.000
Total	5.806	21.438	4.874	16.160	5.414	23.704	1.361	6.216

Passivo	Controladora								Consolidado							
	Outras contas a pagar e Adiantamento de clientes		Fornecedores (nota 17)		Dividendos apagar (nota 27.3)		Obrigações a pagar por aquisição de empresas (nota 23)		Outras contas a pagar e Adiantamento de clientes		Fornecedores (nota 17)		Dividendos a pagar (nota 27.3)		Obrigações a pagar por aquisição de empresas (nota 23)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
JSL S.A. (nota 19.2.2)	17	26.067	11.292	46.904	-	61.375	-	-	17	26.067	14.610	51.511	-	61.375	-	-
Movida Locação	-	-	27	1	-	-	-	-	-	-	27	190	-	-	-	-
Movida Participações	-	-	454	-	-	-	-	-	-	-	454	-	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	2.198	-	-	-	-	-	-	-	2.198	17	-	-	-	-
Original Veículos	-	-	3.318	-	-	-	-	-	-	-	3.318	12	-	-	-	-
Ponto Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Avante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	567	-	-	-	-
Transrio	-	-	83	181	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Máquinas	-	-	11	85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Vamos Seminovos	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL Arrendamento	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	10	102	-	-	-	-
Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	-	-	8.828	68.044	-	-	-	-	-	-	8.828	68.044
Total	17	26.067	17.462	47.171	-	61.375	8.828	68.044	17	26.067	20.618	52.402	-	61.375	8.828	68.044

22.2 Transações com a Controladora

22.2.1 Ativo

Contas a receber

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía valor a receber da Controladora no montante de R\$ 2.041, tanto na Controladora quanto no Consolidado, (R\$ 591 e R\$ 3.154 em 31 de dezembro de 2018, Controladora e Consolidado, respectivamente) referente a prestação de serviços de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

22.2.2 Passivo

Fornecedores

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía valor a pagar para sua Controladora JSL S.A. no montante de R\$ 14.610, tanto na Controladora quanto no Consolidado, (R\$ 46.904 e R\$ 51.511 em 31 de dezembro de 2018, Controladora e Consolidado, respectivamente), sendo que parte deste montante refere-se à compra de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota. Em 2019 houve exclusão de itens do ativo imobilizado, provenientes da controladora JSL S.A.

Outras contas a pagar

- (i) Em 08 de junho de 2018 a Companhia adquiriu da controladora, ações da Movid Participações no valor de R\$ 26.067, que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3.a. Não incide juros sobre esse valor e não há prazo de vencimento definido.

22.3 Outras transações com partes relacionadas

		Controladora	Consolidado
Ativo	Relação	Especificação	Especificação
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional	Locação operacional
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos	Locação operacional / Venda de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos	Locação operacional / Venda de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Venda de veículos	
JSL Arrendamento	Partes relacionadas	Venda de veículos / Prestação de serviços	Venda de veículos / Prestação de serviços
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos	Locação operacional / Venda de veículos
Vamos Máquinas	Controlada	Locação operacional / Venda de veículos / Dividendos	-
Borgato Serviços	Controlada	Dividendos	-

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Transrio Controlada Venda de veículos / Peças / Serviços -

		Controladora	Consolidado
Passivo	Relação	Especificação	Especificação
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos	Locação operacional / Compra de veículos
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / CSA / Compra de veículos	Locação operacional / CSA / Compra de veículos
Quick logística	Partes relacionadas	Reembolso de despesas / locação operacional	Reembolso de despesas / locação operacional
Transrio	Controlada	Reembolso de despesas	-
Vamos Máquinas	Controlada	Locação operacional / Compra de veículos	-
Vamos Seminovos	Controlada	Venda de veículos -	-
Família Borgato	Partes relacionadas	Recompra de ações próprias	Recompra de ações próprias
JSL Arrendamento	Partes relacionadas	-	Compra de veículos
Ponto veículos	Partes relacionadas	-	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Avante	Partes relacionadas	-	Compra de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Compra de veículos	Compra de veículos

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos "CSA" (nota explicativa 22.6) que são mensurados a preço de custo.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22.4 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas “receitas”, “custos”, “deduções” e “outras receitas e despesas operacionais” de transações entre o Grupo Vamos com suas partes relacionadas:

	Locação e serviços prestados		Locação e serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Receitas financeiras		Despesas financeiras		Despesas administrativas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações com a controladora														
JSL S.A.	4.174	10.911	(2.134)	(26.677)	34.502	1.996	(33.287)	-	-	-	-	(396)	(456)	(560)
Transações eliminadas no resultado														
Vamos	2.197	-	(397)	(21.360)	1.557	-	(1.808)	-	-	-	-	(9)	-	-
Transrio	-	48	(1.141)	-	845	721	(1.557)	(721)	-	-	-	-	-	-
Borgato Serviços	397	3.297	-	(2.375)	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Vamos Maquinas	-	22.838	(1.408)	(1.565)	963	5.153	(2)	-	-	6	-	-	-	-
Vamos Seminovos	352	-	-	(883)	2	-	-	(5.153)	-	-	-	-	-	-
	2.946	26.183	(2.946)	(26.183)	3.367	5.874	(3.367)	(5.874)	-	9	-	(9)	-	-
Transações com partes relacionadas														
JSL Leasing	-	-	-	-	-	3.495	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil	38.422	18.344	(373)	(7.786)	10.826	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	246	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Participações	5.546	12.260	(1.601)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locação	52	19	(19)	(25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos	-	37	(16)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mobi	-	-	-	-	9.597	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos	-	10	(29)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira empreendimentos imobiliários Ltda	-	-	(2.628)	(3.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (i)	-	-	-	(121)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	44.020	30.916	(4.666)	(11.285)	20.423	3.495	(36)	-	-	-	-	-	-	-
Total	51.140	68.010	(9.746)	(64.145)	58.292	11.365	(36.690)	(5.874)	-	9	-	(405)	(456)	(560)

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária, no qual um membro do conselho de administração da JSL S.A. é sócio.

22.5 Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, que inclui todos os encargos sociais e benefícios, foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração fixa	(3.699)	(2.935)
Remuneração variável	(892)	(427)
Benefícios	(114)	(28)
Remuneração baseada em ações (nota 27.2.a)	(456)	(560)
Total	(5.161)	(3.950)

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

22.6 Centro de serviços administrativos

A controladora JSL S.A. e suas controladas realizam rateio conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo relativo à estes gastos foi de R\$ 5.617 (R\$ 6.491 em 31 de dezembro de 2018), que estão registradas na rubrica de “Despesas administrativas”. O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

23 Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante, referem-se à recompra de ações da Vamos que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.2.1 Sobre o saldo a pagar incide juros de 100% do CDI e vencimento em dezembro de 2021, que em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 8.828 (R\$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota explicativa 1.2.b.

24 Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social

24.1 Crédito (provisão) para impostos de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos fiscais				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	3.865	8.953
Provisão para demandas judiciais e administrativas	31	30	1.093	1.057
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>) contas a receber	1.083	3.085	7.934	8.274
Variação cambial	2.867	-	2.867	-
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	1.283	1.088
Outras provisões	-	621	1.439	621
Passíveis de compensação	(3.981)	-	(11.262)	-
Total créditos fiscais brutos	-	3.736	7.219	19.993
Débitos fiscais				
Depreciação econômica vs. Fiscal	(80.133)	(67.755)	(132.286)	(128.192)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(28.009)	(18.674)	(28.009)	(18.540)
Swap	(824)	(366)	(824)	(366)
Outras provisões	(919)	-	(919)	-
IR sobre a realização fiscal do Ágio	-	-	(589)	(589)
Passíveis de compensação	3.981	-	11.262	-
Total débitos fiscais brutos	(105.904)	(86.795)	(151.365)	(147.687)
Total débitos fiscais, líquidos	(105.904)	(83.059)	(144.146)	(127.694)
Tributos diferidos passivos	(105.904)	(83.059)	(151.365)	(136.459)
Tributos diferidos ativos	-	-	7.219	8.765
Total débitos fiscais, líquidos	(105.904)	(83.059)	(144.146)	(127.694)

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(61.196)	(91.275)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado de operações continuadas	(22.216)	(35.599)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado de operações descontinuadas	-	(2.710)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos em resultados abrangentes – <i>Swap</i>	(366)	(366)
IRPJ / CSLL diferidos sobre reconhecimento inicial CPC 48 / IFRS 9	717	1.387
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos sobre outros saldos	2	869
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(83.059)	(127.694)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(22.587)	(16.197)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos em resultados abrangentes – <i>swap</i>	(458)	(458)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos sobre outros saldos	200	203
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(105.904)	(144.146)

24.2 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2019 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para as empresas que possuem expectativa de rentabilidade futura. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2019	31/12/2018
Borgato Serviços (i)	1.031	1.655
Vamos Máquinas (i)	-	1.099
Transrio	2.834	6.199
Total	3.865	8.953

- (i) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014 do Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 132.286, sendo, R\$ 39.810 na Vamos Máquinas, R\$ 12.343 na Borgato Serviços e R\$ 80.133 na Vamos locação (R\$ 136.459 em 31 de dezembro de 2018 na Borgato Serviços), o qual o Grupo espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término da depreciação fiscal acelerada.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Vamos Seminovos possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 19.921 (18.787 em 31 de dezembro de 2018), cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir apresenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

	2019		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
Valores	3.458	407	3.865

24.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	188.523	133.710	199.165	151.624
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(64.098)	(45.461)	(67.716)	(51.552)
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	6.064	11.578	-	-
Incentivos fiscais – PAT	369	-	789	33
Despesas indedutíveis	(337)	(735)	(539)	(1.689)
Juros sobre capital próprio – JCP – Provisão	11.780	6.800	11.780	6.800
Imposto de renda diferido s/ prejuízo fiscal não reconhecido	-	-	(911)	-
Outras exclusões	(519)	-	(786)	676
IRPJ e CSLL apurados	(46.741)	(27.818)	(57.383)	(45.732)
Corrente	(24.154)	(5.602)	(41.186)	(10.133)
Diferido	(22.587)	(22.216)	(16.197)	(35.599)
IRPJ e CSLL no resultado	(46.741)	(27.818)	(57.383)	(45.732)
Alíquota efetiva	24,8%	20,8%	28,8%	30,2%

As declarações de imposto de renda do Grupo estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

25 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e, quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

25.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	48	48	5.862	4.540
Tributários	141	108	141	108
Total	189	156	6.003	4.648

25.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo Vamos classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo Vamos acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	92	-	2.182	2.174
Cíveis	-	110	1.033	1.106
Total	92	110	3.215	3.280

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é apresentada conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20	2.854
(+) Adições	110	817
(-) Reversões	(20)	(391)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	110	3.280
(+) Adições	135	1.175
(-) Reversões	(153)	(1.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	92	3.215

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas ajuizadas contra o Grupo estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões, adicional de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

Cíveis

Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra as empresas do Grupo, relacionadas a venda de veículos.

25.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo está sendo reclamado em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas (i)	344	330	918	700
Cíveis (ii)	269	436	10.247	8.269
Tributárias (iii)	-	-	6.989	2.923
Total	613	766	18.154	11.892

- (i) As reclamações trabalhistas ajuizadas contra o Grupo estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões, adicional de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária;
- (ii) Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra as empresas do Grupo, relacionadas a venda de veículos; e

- (iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos pelo Grupo em questionamento de autos de infração emitidos em processos de fiscalização, cujos objetos o Grupo não concorda, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos.

26 Cessão de direitos creditórios

Em dezembro de 2017 a Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. A Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R\$ 40.077, o valor recebido pela Vamos foi de R\$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022.

Os saldos registrados são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Venda de direitos creditórios	25.412	33.428
Juros a apropriar	(7.284)	(9.257)
Total	18.128	24.171
Total circulante	6.043	7.410
Total não circulante	12.085	16.761
Total	18.128	24.171

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 08 de abril de 2019 a Vamos locação deliberou o cancelamento de 21.553.895 ações em tesouraria equivalentes a R\$82.685, e o grupamento de ações ordinárias na proporção de 3:1. Deste modo, o capital social da Companhia passou a ser composto por 96.817.831 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal totalizando em R\$ 482.817 integralizados (R\$ 482.817 em 31 de dezembro de 2018, divididos em 312.007.389 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal), conforme demonstrado a seguir:

	<u>Valor</u>	<u>Quantidade de Ações</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	482.817.035	312.007.389
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(21.553.895)
Grupamento de ações	-	(193.635.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.817.035	96.817.831

27.2 Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Esses planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “*Black & Scholes*” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde de opção s.	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de opções de ações			Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas		
Posição em 31 de dezembro de 2018	328.158	-	-	328.158	8,63
Transferências aos beneficiários	(48.983)	-	-	(48.983)	8,63
Outorgas concedidas 2019	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2019	279.175	-	-	279.175	8,63

Em 01 de abril de 2019 foram transferidas aos beneficiários as ações correspondentes ao cumprimento do período de aquisição de direito (*vesting period*) da primeira tranche relativa ao plano VI.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da controladora JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores do Grupo de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
I	2018	6.933	3	0,00	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.933	4	0,00	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022
II	2019	20.002	1	0,00	9,30	41,2%	5,25%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2020	01/04/2020
II	2019	20.002	2	0,00	9,31	41,2%	5,04%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2019	20.002	3	0,00	9,29	41,2%	5,42%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2019	20.002	4	0,00	9,27	41,2%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023

Em 09 de maio de 2019 foram transferidas aos beneficiários as ações correspondentes ao cumprimento do período de aquisição de direito (*vesting period*) da primeira tranche relativa ao plano I.

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período:

	Quantidade de ações restritas			Ações restritas em circulação
	Outorgadas	Canceladas	Transferidas	
Posição em 31 de dezembro de 2018	27.732	-	-	27.732
Transferências aos beneficiários	(6.933)	-	-	(6.933)
Outorgas concedidas 2019	80.008	-	-	80.008
Posição em 31 de dezembro de 2019	100.807	-	-	100.807

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamento baseado em ações" no patrimônio líquido é de R\$ 1.881 (R\$ 1.425 em 31 de

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2018) e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido R\$ 456 (R\$ 560 em 31 de dezembro de 2018) na rubrica de “Despesas administrativas”.

b) Ágio na subscrição de ações

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva de capital era de R\$ 22.774, proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R\$ 88.139 e o valor de R\$ 110.913 aportado de ações pela aquisição das Sociedades Borgato. Essa reserva foi totalmente utilizada com o cancelamento e grupamento de ações em tesouraria, conforme mencionado em nota explicativa 27.1.

27.3 Reserva de lucros

a) Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

- (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimentos”.

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para o exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	141.782	112.937
(-) Cancelamento de ações	(51.642)	
Lucro base reserva legal	90.140	112.937
Reserva Legal – 5%	(4.507)	(5.647)
Base de cálculo dos dividendos	85.633	107.290
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto	21.408	27.122
Dividendos por ação	0,22	0,09

	Controladora			Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.830	6.422	17.252	10.831	7.615	18.446
Juros sobre capital próprio declarados (i)	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000
Dividendos pagos	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)
Distribuição de lucros (i)	-	27.122	27.122	-	27.122	27.122
Imposto de renda retido na fonte	(2.999)	-	(2.999)	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (nota 22.1)	27.831	33.544	61.375	27.831	33.544	61.375
Juros sobre capital próprio declarados	34.646	-	34.646	34.646	-	34.646
Distribuição de lucros (i)	-	150.000	150.000	-	150.000	150.000

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição de dividendos intercalares	-	49.211	49.211	-	49.211	49.211
Juros sobre capital próprio pagos	(57.280)	-	(57.280)	(57.280)	-	(57.280)
Dividendos pagos	-	(232.755)	(232.755)	-	(232.755)	(232.755)
Imposto de renda retido na fonte	(5.197)	-	(5.197)	(5.197)	-	(5.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (nota 22.1)	-	-	-	-	-	-

- (i) Conforme a AGE realizada em 25 de fevereiro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 197.122, referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e lucros acumulados de exercícios anteriores. Essa distribuição está composta pelos dividendos obrigatórios e JCP declarados em 2018 no montante de R\$27.122 e R\$20.000 respectivamente, mais dividendos adicionais de R\$150.000 registrados em 2019 que foram pagos em dezembro de 2019.

27.4 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

27.5 Ações em tesouraria

Em 08 de abril de 2019 a Companhia deliberou o cancelamento de 21.553.895 ações em tesouraria representadas por R\$82.685, conforme mencionado em nota explicativa 24.1. Para este cancelamento, foram utilizadas as rubricas Ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 22.774, Retenção de lucros no montante de R\$ 8.269 e Lucros acumulados, no montante de R\$ 51.642.

Com isso, o total de ações da própria Companhia recompradas dos antigos proprietários das Sociedades Borgato em 08 de junho de 2018, junto com sua controladora, passou a ser R\$11.508 representado por 3.000.000 ações. Conforme nota explicativa 27.1, houve grupamento de ações de 3:1, totalizando 1.000.000 de ações em tesouraria.

27.6 Reserva de Investimentos

A reserva de investimentos tem por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, para a qual poderá ser destinado até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia.

28 Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é corporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A. Entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre a Vamos e a JSL S.A.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Serviços segurados	Vigência	JSL S.A.
		Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão	12/2019 a 12/2020	16.103
Danos elétricos	12/2019 a 12/2020	350
Quebra de vidros	12/2019 a 12/2020	200
Anúncios luminosos / letreiros	12/2019 a 12/2020	200
Roubo ou furto qualificado	12/2019 a 12/2020	300
Alagamento / inundação	12/2019 a 12/2020	500
Equipamentos estacionários	12/2019 a 12/2020	20
Fidelidade de empregados	12/2019 a 12/2020	100
Despesa com recomposição de registros e documentos	12/2019 a 12/2020	8
Tumultos, greves / lock-out e atos dolosos	12/2019 a 12/2020	100
RD revendas concessionárias	12/2019 a 12/2020	400
Responsabilidade civil de operações de concessionárias	12/2019 a 12/2020	400
Responsabilidade civil – danos morais operações de concessionárias	12/2019 a 12/2020	500
Vendaval até fumaça	12/2019 a 12/2020	500
Equipamentos em exposição e / ou demonstração sem transporte	12/2019 a 12/2020	400
Total de cobertura		20.081

b) Frota

A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

29 Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

a) Fluxos de receitas

O Grupo gera receita principalmente pela venda de veículos novos, seminovos, peças, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita de locação e prestação de serviços	508.603	387.160	613.289	495.992
Receita de venda de veículos e acessórios	-	-	386.135	359.041
Receita de venda de ativos desmobilizados	188.040	48.906	212.084	83.913
Total da receita líquida	696.643	436.066	1.211.508	938.946

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas informações de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta fiscal	755.014	478.324	1.321.741	1.047.514
Menos:				
Impostos sobre vendas	(52.469)	(39.669)	(89.104)	(83.701)
Devoluções e abatimentos	(726)	(2.589)	(15.560)	(24.425)
Descontos concedidos	(5.176)	-	(5.569)	(442)
Total da receita líquida	696.643	436.066	1.211.508	938.946

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquotas de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquotas de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquotas de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquotas de 3% ou 7,65%).

b) Desagregação das receitas de contratos com clientes por segmento

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita, incluindo a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	
	31/12/2019	31/12/2018
Principais produtos e serviços		
Receita de locação	508.603	387.160
Receita de venda de ativos desmobilizados	188.040	48.906
Total da receita líquida	696.643	436.066
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	188.040	48.906
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	508.603	387.160
	696.643	436.066

	Consolidado					
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos		Locação de caminhões, máquinas e equipamentos		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Principais produtos e serviços						
Receita de locação	-	-	565.490	469.929	565.490	469.929
Receita de prestação de serviços	47.799	27.730	-	-	47.799	27.730
Receita de venda de ativos desmobilizados	857	1.923	211.227	80.325	212.084	82.248
Receita com venda de peças e acessórios	111.170	99.677	-	-	111.170	99.677
Receita de venda de veículos novos	229.126	238.981	-	-	229.126	238.981
Receita de venda de veículos usados	45.839	20.381	-	-	45.839	20.381
Total da receita líquida	434.791	388.692	776.717	550.254	1.211.508	938.946
Tempo de reconhecimento de receita						
Produtos transferidos em momento específico no tempo	386.992	360.962	211.225	80.325	598.217	441.287
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	47.799	27.730	565.492	469.929	613.291	497.659
Total da receita líquida	434.791	388.692	776.717	550.254	1.211.508	938.946

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019 (ii)	31/12/2018 (i)	31/12/2019 (ii)	31/12/2018 (i)
Custo na venda de veículos novos	-	-	(194.883)	(187.661)
Custo na venda de veículos usados	-	-	(38.957)	(17.248)
Custo e despesas com frota	(11.631)	(9.517)	(16.793)	(11.302)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(177.387)	(46.237)	(204.633)	(81.419)
Custo de venda de peças e acessórios	-	-	(80.295)	(75.874)
Pessoal	(38.484)	(26.330)	(100.275)	(82.460)
Depreciação e amortização	(186.170)	(167.743)	(234.971)	(206.763)
Depreciação repassada de operação entre partes relacionadas	(1.033)	-	(1.033)	-
Peças, pneus e manutenções	(22.060)	(17.844)	(22.796)	(19.669)
Combustíveis e lubrificantes	(2.331)	(1.460)	(2.820)	(2.427)
Reversão (despesa) com provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 25.2)	18	(90)	65	(425)
Propaganda e publicidade	(341)	(156)	(2.484)	(578)
Serviços prestados por terceiros	(17.981)	(9.236)	(25.062)	(17.443)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (nota 10.1)	493	(9.595)	(6.024)	(9.751)
(Provisão) reversão de provisão para perdas nos estoques	-	-	(576)	(2.338)
Energia elétrica	(111)	-	(1.954)	(1.279)
Comunicação	(136)	(4)	(399)	(1.618)
Viagens, refeições e estadias	(826)	(353)	(3.895)	(3.344)
Aluguéis de imóveis, caminhões, máquinas e equipamentos (nota 4.4.d)	(10.131)	(14.347)	(11.923)	(25.340)
Resultado na venda de veículos avariados (iii)	1.119	196	1.176	242
Despesas tributárias	(160)	(417)	(1.128)	(1.175)
Recuperação de PIS e COFINS sobre custos e insumos (iv)	31.164	25.938	33.059	30.135
Crédito de imposto extemporâneo (v)	90	15	4.771	5.406
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(345)	(3.525)	(7.025)	(7.971)
	(436.243)	(280.705)	(918.855)	(720.302)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(220.363)	(203.047)	(593.774)	(543.231)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(177.387)	(46.237)	(204.633)	(81.419)
Despesas comerciais	(20.032)	(10.555)	(52.807)	(22.533)
Despesas administrativas	(25.173)	(15.566)	(80.416)	(81.916)
Provisão reversão de perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	493	(9.595)	(6.024)	(9.751)
Outras receitas operacionais	8.561	5.434	21.341	22.669
Outras despesas operacionais	(2.342)	(1.139)	(2.542)	(4.121)
	(436.243)	(280.705)	(918.855)	(720.302)

- (i) Os valores de 31 de dezembro de 2019 e 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que os gastos por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15;
- (ii) Os valores de 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, sendo que as demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 4.1.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16.
- (iii) Referem-se ao resultado do valor recuperado por venda de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do seu respectivo custo;
- (iv) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas; e
- (v) É composto por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	8.362	1.129	11.292	8.309
Ajuste a valor presente	-	82	-	1.579
Outras receitas financeiras	-	247	-	181
Juros recebidos	3.160	2.767	5.378	5.563
Receita financeira total	11.522	4.225	16.670	15.632
Despesas financeiras				
Despesas do serviço da dívida				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(85.941)	(52.601)	(92.444)	(65.255)
Juros e encargos sobre arrendamento a pagar	(2.911)	(2.327)	(2.917)	(2.968)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	-	(1.744)	-	(1.744)
Juros sobre direitos creditórios	(1.973)	(606)	(1.973)	(606)
Variação cambial dos empréstimos	(5.879)	(4.192)	(5.879)	(4.192)
Juros sobre aquisição de empresas	(798)	-	(798)	-
Encargos s/ direito de uso arrendamento imóveis - IFRS 16	164	-	(4.271)	-
Resultado nas operações de derivativos (<i>hedge</i>)	2.368	3.805	2.368	3.805
Despesa total do serviço da dívida	(94.970)	(57.665)	(105.914)	(70.960)
Juros passivos	(226)	-	(298)	(1.439)
Outras despesas financeiras	(6.040)	(2.267)	(3.946)	(10.253)
Despesa financeira total	(101.236)	(59.932)	(110.158)	(82.652)
Resultado financeiro líquido	(89.714)	(55.707)	(93.488)	(67.020)

32 Arrendamento operacional

32.1 Grupo como arrendador

O Grupo Vamos possui contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos que são classificados como arrendamento operacional com prazos de vencimento até 2030. Esses contratos normalmente têm prazo de vigência que variam de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação, ao término da vigência. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 4 anos	De 5 a 6 anos	Acima de 7 anos	Total
616.828	968.405	455.202	95.234	25.015	2.160.684

33 Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

a) Resultado por ação

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador:		
Lucro líquido do período das operações	141.782	112.937
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	95.817.831	112.195.091
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	1,47970	1,00661

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Resultado por ação - operações continuadas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Numerador:		
Lucro líquido do período das operações continuadas	141.782	105.892
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>95.817.831</u>	<u>112.195.091</u>
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	<u>1,47970</u>	<u>0,94382</u>

Média ponderada das ações ordinárias (ii)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	<u>95.817.831</u>	<u>118.286.778</u>
Efeito das ações recompradas	-	(6.091.687)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (i)	<u>95.817.831</u>	<u>112.195.091</u>

A Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

- (i) Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 08 de abril de 2019 a Companhia deliberou o grupamento de ações ordinárias na proporção de 3 para 1. Desta forma, houve impacto na média ponderada de ações ordinárias retrospectivamente.
- (ii) Não houve impacto na média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido ao cancelamento de ações referente à cisão da JSL Holding (nota explicativa 1.3) porque a cisão ocorreu em 31 de dezembro de 2018.

34 Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Grupo fez aquisições de caminhões, máquinas e equipamentos para expansão de sua frota e parte destes não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa:				
Total de adições do imobilizado	867.581	484.718	873.572	481.008
Aquisições por arrendamento e Finame para expansão e renovação de frota	(55.876)	(300.762)	(55.876)	(301.093)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(24.250)	4.604	(19.828)	4.604
Variação no saldo de risco sacado a pagar – montadoras	-	(12.723)	-	(8.893)
	<u>787.455</u>	<u>175.837</u>	<u>797.868</u>	<u>175.626</u>
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Imobilizado operacional para locação	783.940	175.007	791.082	172.841
Imobilizado para investimento	3.515	830	6.786	2.785
Total	<u>787.455</u>	<u>175.837</u>	<u>797.868</u>	<u>175.626</u>
Outras transações que não afetaram caixa:				
Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos (Nota 2.11)	-	-	-	-
Recompra de ações Vamos – 9% (Ações em tesouraria nota 1.2.1)	(4.225)	(94.193)	(56.120)	(94.193)
	<u>(4.225)</u>	<u>(94.193)</u>	<u>(56.120)</u>	<u>(94.193)</u>

* * * * *



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura e fundos de comércio

Veja as notas explicativas 2.10 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio ("ativos"), cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros. Para a avaliação anual da recuperabilidade desses ativos são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo, o volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de desconto. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágios por expectativa de rentabilidade futura e fundos de comércio, em especial os relacionados com a análise efetuada pela Companhia e suas controladas sobre estudos realizados por especialista contratado por elas;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação e consistência das premissas utilizadas para determinar os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, principalmente àquelas relacionadas à determinação da taxa de desconto e projeções de crescimento;– Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas usadas pela Companhia e suas controladas com dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores</p>

	recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura e fundos de comércio, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
--	--

Reconhecimento da receita de prestação de serviços, venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços e venda de veículos, peças e acessórios

Veja as notas explicativas 2.14 e 29.b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem receita líquida decorrente da prestação de serviços e venda de veículos novos e seminovos, peças e acessórios. Adicionalmente, no curso normal de renovação de suas frotas, a Companhia e suas controladas efetuam a vendas de veículos, máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviços ("ativos de locação").</p> <p>Pelo fato de a Companhia e suas controladas possuírem vários tipos de receitas, o processo de reconhecimento das mesmas requer um controle minucioso e envolve julgamento significativo na avaliação dos critérios usados pela Companhia e suas controladas para determinar o momento da transferência de controle dos serviços prestados e/ou ativos vendidos para a contraparte. Por esses motivos, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento de receita de prestação de serviços, venda de ativos de locação e venda de veículos, peças e acessórios, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços prestados e/ou ativos vendidos para a contraparte; – Em base amostral, testamos os critérios usados pela Companhia e suas controladas para a determinação do momento adequado em que ocorre a transferência de controle e realizamos testes documentais, bem como avaliamos a contabilização da receita pelo regime de competência para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019; – Avaliamos os cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2020, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à receita de prestação de serviços, venda dos ativos de locação e venda de veículos, peças e acessórios alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e conseqüentemente ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p>

	<p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes relacionados ao não reconhecimento de receitas de venda de ativos de locação e de prestação de serviços, cujas transferência de controle e prestação de serviço já haviam sido realizadas, os quais não foram registrados pela Companhia por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o reconhecimento da receita de prestação de serviços, venda de ativos de locação e venda de veículos, peças e acessórios, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	---

Vida útil econômica, estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação

Veja as notas explicativas 2.9 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem veículos, máquinas e equipamentos compondo o seu ativo imobilizado ("ativos"), para os quais, anualmente são revisadas as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda desses ativos.</p> <p>A alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante o valor dos encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave para a determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e ao valor residual dos ativos; – Avaliação, com base em dados internos da Companhia e de suas controladas, incluindo estratégia e plano de negócios, das premissas utilizadas na determinação da vida útil econômica dos ativos e seu valor residual atribuído; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando a vida útil e o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os montantes reconhecidos de depreciação dos veículos, máquinas e equipamentos, a determinação dos valores residuais, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Operações de arrendamento por direito de uso: mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento

Veja as notas explicativas 2.11, 4.1 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamentos que foram caracterizados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Esse pronunciamento introduziu aspectos contábeis complexos para o reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.</p> <p>A determinação das premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo e do passivo de arrendamento envolve julgamento relevante, especialmente com relação às taxas de desconto para cálculo do passivo de arrendamento, ao prazo de arrendamento considerado em cada contrato e à determinação se o contrato contém ou não um arrendamento.</p> <p>Devido ao julgamento inerente ao processo de reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato de variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e dos controles internos chave relacionados a mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento;– Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia e suas controladas com dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas;– Avaliação, em base amostral, dos contratos que, potencialmente, poderiam conter arrendamentos e da determinação do prazo de arrendamento, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício;– Avaliação, com base em uma amostra de contratos, dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, incluindo a análise dos dados utilizados na mensuração e recálculo dos valores reconhecidos; e– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes relacionados à mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, os quais não foram registrados pela Companhia e suas controladas por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os valores reconhecidos como ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

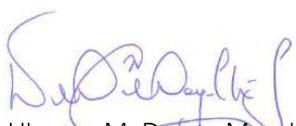
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 50.027.727-3 (SSP-BA), inscrito no CPF/ME sob o nº 617.152.125-68, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

31 de januário de 2020.


GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

31 de janeiro de 2020.



GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores